

Resoluções 7º. Congresso dos Metalúrgicos do ABC

CONGRESSO LUÍS INACIO LULA DA SILVA

Índice

Editorial

I- Análise de Conjuntura

II- Política de Desenvolvimento

- 1) Política Industrial
- 2) As relações e as políticas institucionais e regionais do SMABC
- 3) Trabalho Decente: Uma política transversal da ação sindical

III- Política Sindical e Organizativa

- 1) Negociação Coletiva: da data base à negociação permanente
- 2) Organização Sindical: organização no local de trabalho e negociação coletiva
- 3) Formação Sindical

IV – Política de Comunicação

V – Políticas de Promoção da Cidadania

- 1) Mulheres Trabalhadoras
- 2) Juventude Metalúrgica
- 3) Igualdade Racial
- 4) Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência
- 5) Política de Segurança Pública e Cidadania
- 6) Saúde no Trabalho e Meio Ambiente
- 7) Previdência Social e Aposentados
- 8) Cultura: um direito dos trabalhadores
- 9) Cooperativismo , Associativismo e Economia Solidária

VI – Moções Aprovadas

VII- Anexos

EDITORIAL

Mais uma vez os metalúrgicos inovam e fazem história

As resoluções do 7º Congresso dos Metalúrgicos do ABC documentadas neste caderno que apresento entrarão para a história dessa categoria combativa, já há muito reconhecida por abrir novos horizontes e frentes de luta para toda a classe trabalhadora. Além de expressarem a vontade da maioria dos metalúrgicos em seu fórum máximo de decisão, as deliberações refletem também o pensamento dos movimentos sociais e de outros sindicatos que foram convidados a participar do congresso como delegados. Tiveram direito a voz e voto.

Os metalúrgicos do ABC voltaram a inovar ao abrir à sociedade seu fórum coletivo mais importante e, pela primeira vez, um congresso da categoria teve a participação de delegados de movimentos populares e de outros sindicatos. Eles se somaram aos metalúrgicos para construir propostas que, ouvidas e analisadas, também integram esse caderno para nortear as nossas políticas e ações nos próximos três anos.

Essa iniciativa inovadora coroou o trabalho de um sindicato que há duas décadas se abriu à sociedade, comprovando que a nossa ação vai além do ambiente da fábrica, de forma moderna e democrática, o que amplia o nosso protagonismo. O objetivo do 7º Congresso foi, assim, cumprido com êxito: estreitar nossas relações com os movimentos populares e as instâncias de representação regional.

Foram três dias de realizações no emblemático Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, onde centenas de delegados metalúrgicos e não metalúrgicos participaram ativamente, desde a realização das 13 plenárias temáticas que precederam o Congresso, nos meses de outubro e novembro. Os debates foram ricos e sempre precedidos de mesas que contaram com os principais nomes do País para falar sobre os diferentes temas.

Em uma prova de que o projeto progressista do governo Lula segue firme na gestão de Dilma Rousseff, com mais atenção e espaço para os trabalhadores, vários ministros, assessores e técnicos do governo federal prestigiaram o 7º Congresso. Esse time de experts contribuiu para que as nossas resoluções ficassem ainda mais embasadas e fortalecidas em um contexto nacional e global.

Antes mesmo, em sua abertura, o 7º Congresso mostrou a sua força, com a solenidade de entrega do Anteprojeto de Acordo Coletivo Especial (ACE) ao ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República) e deputado Marco Maia, presidente da Câmara Federal. Um texto que vem sendo considerado por especialistas o maior avanço desde a criação da CLT,

há mais de 70 anos, e que se baseia no nosso modelo de representação sindical no local de trabalho e de negociação coletiva.

Embalado pelo ACE, o 7º Congresso conseguiu firmar importantes resoluções, entre elas a defesa do emprego, mediante a adoção de uma política industrial que ouça, adote e respeite as decisões dos trabalhadores; o fortalecimento da organização e representação sindical no local de trabalho rumo à conquista de um novo padrão de negociação coletiva; a construção da cidadania nas áreas de saúde, cultura, igualdade de oportunidades para homens, mulheres, jovens, pessoas com deficiência; combate à violência, às drogas, democratização da comunicação entre tantas outras que estão detalhadas ao longo das páginas deste caderno de resoluções.

Agradeço a todos os delegados e delegadas que participaram brilhantemente do Congresso. Agradeço também a todos os diretores, militantes, funcionários, e assessores do Sindicato e que trabalharam para que o evento acontecesse e resultasse em mais um instrumento de luta e conquistas da categoria.

Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

I - ANÁLISE DE CONJUNTURA

1- O 7º Congresso dos Metalúrgicos do ABC é o quarto realizado por nossa categoria num cenário político em que o poder central do país já não se resume a servir de instrumento manipulado pelas elites para aplicação de medidas antipopulares ou repressivas. Em 2003, o congresso refletiu o entusiasmo pela histórica vitória que levou Lula à Presidência da República, inaugurando um período de avanços sociais que começam a mudar o perfil da nação brasileira.

2-Em 2005, o congresso seguinte preparou uma intervenção decisiva de nossa base em repúdio ao golpismo orquestrado de forma unida entre CPIs, partidos de direita e mídia conservadora. Valeu para articular nossa presença na vitoriosa disputa de 2006, quando as forças do passado foram novamente derrotadas.

3-Em 2008/2009, nosso último congresso teve como centro estratégico o enfrentamento dos impactos da crise mundial de 2008 na economia e na sociedade brasileira. E começou a debater a disputa eleitoral de 2010, que ainda não permitia antever a carga ideológica reacionária que se manifestou no bojo da candidatura Serra. Apesar de toda essa carga ideológica, concluímos 2010 com uma expressiva vitória da presidenta Dilma, com o povo brasileiro elegendo pela primeira vez uma mulher para o mais alto cargo do país.

4- Em 2011, o atual congresso se realiza num ambiente de duas faces. Por um lado, o Brasil obteve avanços palpáveis nos últimos oito anos. Ao mesmo tempo, há problemas agudos ameaçando o futuro desse processo histórico, voltado ao aprofundamento da democracia e garantias de justiça social. A crise internacional volta a se agravar e bate às portas de nosso país repetindo as ameaças de 2008. No Brasil, o desfecho dessa ameaça depende, em grande medida, da capacidade de organização, mobilização, pressão, diálogo e resistência a ser demonstrada pela classe trabalhadora, pela CUT e pelo seu segmento metalúrgico mais dinâmico.

5-O 7º Congresso assume, por isso, mais uma vez, o desafio de analisar a fundo o cenário mundial e nacional para articular lutas, mobilizações e iniciativas adequadas aos interesses populares, tanto no âmbito da macroeconomia brasileira e das grandes disputas políticas em curso, quanto no ambiente concreto das empresas onde trabalhamos, produzimos e vivemos uma boa parte de nossas vidas.

Cenário Mundial

6- A crise de 2008, conforme analisado no congresso anterior, resultou do colapso já previsto há tempos no ciclo neoliberal que tornou ainda mais agudas as distorções que são próprias da economia capitalista.

7- O sistema capitalista tem como natureza a produção de lucros e a reprodução ampliada do capital. Seu objetivo não é a distribuição das riquezas ou a inclusão social. Mesmo assim, o mecanismo social e produtivo predominante na Europa durante várias décadas do século 20, sob o nome Estado de Bem-Estar Social, buscava atenuar aspectos mais graves das desigualdades, sem perder seu caráter capitalista. Foram as lutas sindicais e populares que impuseram esse perfil de relativa moderação ao sistema.

8- A crise de 2008 explodiu no coração do capitalismo norte-americano, que nunca se pautou por aquela inspiração social-democrata. Pelo contrário, administrações ultra-direitistas como as de Reagan e de ambos os Bush impuseram ao seu país e ao planeta uma cartilha neoliberal que sofreria colapso generalizado na virada do século 21.

9- O neoliberalismo é o capitalismo de um período onde a classe trabalhadora possui baixa capacidade de resistência. É um modelo que acentua ao máximo os mecanismos de exploração da força de trabalho, apresentando toda garantia salarial, social ou previdenciária como geradoras de ineficiência econômica. A disputa entre todos é proclamada como cimento da vida coletiva. São atacados com alta dosagem de preconceito ideológico os mais antigos ideais humanos de solidariedade, fraternidade, inclusão social e igualdade.

10- A crise de 2008 expôs as vísceras da doutrina neoliberal em sua falta de coerência e consistência. Defensor do Estado Mínimo, esse fanatismo econômico cuidou de anular todas as normas de regulação dos mercados. Mais cedo ou mais tarde, era fatal o desencadeamento da crise sistêmica que essa irresponsabilidade haveria de provocar.

11- Bolha imobiliária, bancos emprestando sem garantias dos clientes e sem fundos suficientes, salários astronômicos de empresários, consumismo desenfreado nas classes médias abastadas e déficits crescentes de governo se somaram para gerar o desastre de 2008, com seu rastro de falências, desemprego, perdas de moradias e grave desequilíbrio fiscal.

12- Trilhões de dólares dos cofres públicos e dos Bancos Centrais foram torrados para socorrer as empresas privadas falidas. Sumiu de cena o discurso neoliberal de que o mercado organiza a nação. O mercado foi salvo do caos única e exclusivamente pela intervenção maciça do Estado. Riquezas

gigantescas foram destruídas nessa operação de salvamento, sem que os ideólogos do sistema aproveitassem sequer para aprender as duras lições que se ofereciam. Pelo contrário, na recaída da crise os países ricos voltam a impor o mesmo ajuste de recessão e corte nos gastos sociais, que condena ao desemprego, trazendo mais sacrifícios aos segmentos de baixa renda.

13- O rescaldo daquela operação de salvamento é a crise de 2011. O epicentro agora está na Europa, que já tinha sofrido duramente o primeiro ciclo do furacão. A lentidão da recuperação norte-americana segue agitando bolsas de valores pelo mundo afora. A incerteza envolve todas as decisões econômicas relevantes e o planejamento se limita ao curtíssimo prazo. Parcela elevada dos problemas econômicos mais recentes se deve à decisão norte-americana de, barateando o dólar, transferir aos seus parceiros comerciais o custo da recuperação de seu sistema produtivo e de seu equilíbrio fiscal.

14- Portugal, Irlanda, Espanha e Grécia, tidos como países periféricos da União Européia, foram os primeiros a sofrer o repique da crise. Governos de centro-esquerda terminaram sendo derrotados em Portugal e na Espanha. Os quatro países sofrem pressão para aplicar a fracassada receita do FMI, do Banco Mundial e do Consenso de Washington, que tantos danos já causou ao Brasil num passado muito recente.

15- A Grécia ocupa o centro das atenções no atual momento. As dúvidas quanto à sua capacidade de honrar dívidas frente aos bancos europeus pode desencadear uma crise sistêmica em todo o sistema financeiro da União Européia. Surgem questionamentos a respeito do futuro do Euro e do próprio bloco continental.

16- Em alguns momentos, o nervosismo dos mercados já ameaçou colocar em xeque a França e a Itália, que estão entre as maiores economias do mundo. A fragilidade das atuais lideranças políticas européias – Berlusconi e Sarkozy são figuras em franca desagregação – contribui para agravar ainda mais as perspectivas.

17- Barack Obama também passa por uma erosão significativa. Seus primeiros anos de mandato desfizeram a expectativa otimista que cercou a volta do partido democrata à Casa Branca, quando foi eleito pela primeira vez um presidente afro-americano. As posições assumidas pelo governo estadunidense frente aos grupos militaristas do Pentágono e das torturas de Guantânamo, com acenos à direita republicana, as muitas idas e vindas têm contribuído para a diminuição da luz própria de Barack Obama.

18- O resultado mais chocante dessa fragilidade ocorreu há poucos meses, quando o Legislativo norte-americano varou as madrugadas de um final de

semana, livrando por muito pouco o seu governo do vexame – quase impensável – de anunciar o calote nos pagamentos devidos pela maior potência econômica e militar da história da humanidade.

19- Há evidências de que o império norte-americano esteja sofrendo declínio em sua hegemonia. Vinte anos atrás, quando se anunciava a desagregação da União Soviética, o poderio estadunidense tinha aparências de permanecer imbatível por um período muito dilatado. O cenário começa a mudar e sua participação no PIB mundial, embora ainda disparada na liderança, vem caindo a cada ano.

20- Suas dificuldades econômicas e financeiras recentes só não causaram uma catástrofe ainda maior no planeta por força do novo papel assumido pela China, que há quase vinte anos sustenta avanços anuais na casa de 10% do PIB, tornando-se ator de primeira grandeza no plano internacional. Superou pela primeira vez os Estados Unidos em produção industrial e se projeta como primeira economia do mundo nas próximas duas décadas.

21- O desempenho da China é complementado, nessa rota de declínio americano, pela emergência de outras economias, como a indiana, brasileira e sul-africana, portadoras cada uma delas de liderança em seus respectivos âmbitos regionais.

22- O perigo maior desse declínio – que afinal de contas deve ser saudado como passo rumo a um equilíbrio mundial mais justo – está localizado no aumento das tentações militaristas. Desde o final da Guerra Fria, no início dos anos 1990, os Estados Unidos já deram truculentas demonstrações de unilateralismo belicoso, como nos casos do Iraque e do Afeganistão. Vem apertando o cerco ao Irã numa escalada de ameaças que pode terminar em nova guerra e pressiona também o Paquistão como possível protetor de Bin Laden, rompendo antigas parcerias do Pentágono com esses países para conter a União Soviética antes de 1992.

23- As rebeliões democráticas que se alastraram pelos países árabes desde o final de 2010 abrem aos Estados Unidos, simultaneamente, novas chances e novos riscos no terreno do cálculo militar. Por um lado, perdem sócios confiáveis como o ditador Mubarak, do Egito, que agia como aliado da Arábia Saudita e de Israel no tabuleiro geopolítico regional. Por outro, conseguem fechar o cerco a regimes hostis, como da Síria e Líbia, já comemorando a derrubada de Kadafi através de um ataque militar muito superior ao autorizado pela ONU. Mas ninguém sabe responder se as ditaduras falidas darão lugar a regimes minimamente democráticos ou serão trocadas por elites fundamentalistas que, em pouco tempo, se voltarão contra os Estados Unidos, como já aconteceu no Afeganistão, Paquistão e outros países.

24- As agitações políticas e manifestações populares se ampliaram de tal forma nos últimos meses, que desviaram a atenção daquele que é o mais radical e prolongado conflito do mundo árabe, opondo o Estado de Israel, sob governos de ultra-direita há muitos anos, ao legítimo direito do povo palestino ao seu território soberano.

25- A América Latina desponta, dessa forma, como a região onde é mais ampla e sólida a presença de governos e forças políticas de orientação à esquerda, fruto de uma acumulação de forças obtida pelo emprego de uma adequada estratégia de luta institucional acoplada à pressão das mobilizações populares e sindicais.

26- Com diferentes matizes e excetuadas as Guianas, nada menos que oito dos dez países sul-americanos estreitam seus laços em diversos organismos regionais, ampliando sua integração territorial, econômica, social, cultural e política. Nos anos mais recentes, começa a dar seus primeiros passos até mesmo uma nova integração na área da Defesa, sem a tutela dos Estados Unidos, imposta a ferro e fogo desde a Segunda Guerra.

27- Vem cabendo ao Brasil, tanto por sua importância econômica e populacional quanto pelas características originais de Lula, um papel de liderança nesse processo. Parte desse reconhecimento se deve ao equilíbrio entre serenidade e firmeza que pauta as iniciativas diplomáticas brasileiras, cuidando sempre de intermediar e moderar, ao mesmo tempo em que demarca posições frente às tensões da diplomacia norte-americana. Como resumo, existe hoje em nossa América, como fruto de nossos avanços regionais e também por força da contribuição brasileira, um verdadeiro arco de nações que se colocam a salvo da hegemonia neoliberal agonizante.

Cenário Nacional

28- O balanço positivo do período Lula se traduziu em resultados e números tão convincentes que não restou ao principal candidato de oposição, em 2010, José Serra, senão o caminho vergonhoso da histeria conservadora. Sua campanha tentou, em vão, ressuscitar velhos preconceitos ideológicos contra a esquerda, manipulando temas delicados como os direitos de aborto e união homoafetiva, ao mesmo tempo em que investia raivosamente contra o Programa Nacional de Direitos Humanos, contra as conferências democráticas convocadas pelo governo central e contra a presença de sindicalistas em altos postos de direção política.

29- O engajamento da grande mídia nessa cruzada conservadora também se mostrou estéril. O avanço histórico da democracia brasileira e de suas forças populares lograram mais um avanço revolucionário. Pela primeira vez a mulher

brasileira foi elevada à Presidência da República. No caso concreto, uma mulher de esquerda, cuja juventude foi entregue à luta de resistência contra a ditadura militar, tendo enfrentado por isso anos de prisão e cruéis torturas.

30- É dispensável alongar aqui os resultados palpáveis do governo Lula. Em síntese, na macroeconomia, houve retomada do crescimento, com o PIB anual saltando da média de 2,3 com FHC para 4%. Romperam-se os vínculos de dependência com o FMI. A dívida externa tornou-se menor que as reservas cambiais brasileiras, que saltou de 38 bilhões de dólares em 2003 para 350 bilhões hoje, colocando o Brasil entre os maiores credores dos Estados Unidos, pela aquisição de letras do tesouro americano.

31- Foram gerados 15 milhões de empregos formais, avançando em quase 1 milhão o número de metalúrgicos no Brasil. Mesmo a taxa de juros, muito alta ainda hoje, foi reduzida dos 23% de 2003 para os atuais 12%. Foi garantido um disciplinado equilíbrio fiscal, ao mesmo tempo em que se ampliou de modo consistente o poder de compra dos mais pobres. O salário mínimo subiu de 200 reais para 545 hoje, estando já assegurada nova elevação para 616 reais em janeiro de 2012. O crédito total saltou de 26% do PIB em 2002 para 47% em 2010.

32- No plano social, o Brasil iniciou uma verdadeira ruptura dos padrões de exclusão social mantidos pelas elites no poder ao longo da história. Programas como o Fome Zero, Bolsa Família, Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida, Prouni e Projovem, microcrédito, inclusão bancária, agricultura familiar, economia solidária e vários outros marcaram uma agressiva estratégia de inclusão, em que os pobres começam a ser respeitados em sua dignidade de cidadãos. Foram retirados da miséria absoluta 28 milhões de pessoas e 36 outros milhões de brasileiros alcançaram o patamar de classe média.

33- No plano político, os dois avanços de maior impacto foram a recuperação do papel do Estado e o fortalecimento dos mecanismos de democracia participativa. Quanto ao primeiro, a vitória de 2002 interrompeu a sanha privatista do período anterior. Em vez de serem entregues a preço de banana – como ocorreu com a Vale –, a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES se converteram em alavancas de indução do crescimento econômico e do desenvolvimento social, de estímulo aos investimentos privados e, sobretudo, de combate rápido aos efeitos da crise de 2008 em nosso país.

34- A recuperação do Estado como dinamizador e regulador do desenvolvimento nacional se traduziu na retomada do Planejamento como estratégia permanente. O PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, aglutina centenas de obras voltadas à superação dos gargalos presentes na

infra-estrutura de um país governado durante séculos por elites que nunca acreditaram muito no potencial de nosso povo (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrelétricas, refinarias etc).

35- A democracia participativa, conquista da Constituição de 1988 que os sucessivos parlamentos cuidaram de não regulamentar, foi revigorada nos últimos oito anos. Nada menos que 74 conferências nacionais, com a participação total de 5 milhões de pessoas em suas várias etapas, foram convocadas pelo governo para discutir e formular propostas de políticas públicas em temas como Saúde, Educação, Segurança Alimentar, Meio Ambiente, Assistência Social, Cidades, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Segurança Pública, Comunicações, Igualdade Racial, Políticas para as Mulheres, Direitos Humanos e vários outros.

36- Na convivência entre poderes republicanos, o Brasil também passou a demonstrar o crescente vigor de suas instituições. Nem mesmo os ataques caluniosos e as agressões intoleráveis dirigidas no período das CPIs de 2005 à própria figura do Presidente da República conseguiram provocar nele qualquer retaliação ou gesto de desprezo.

37- Esse espírito democrático se projetou em nossa diplomacia, abandonando o Brasil o velho alinhamento incondicional e subordinado aos posicionamentos norte-americanos. A soberania tornou-se viga mestra nas relações internacionais, ao mesmo tempo em que o Brasil se fortalece como uma das poucas nações com reconhecimento suficiente para desempenhar papéis de intermediação e moderação para atenuar a litigância exagerada que se observa na relação entre países.

38- Multiplicam-se os laços e organismos de integração regional no Mercosul, na América do Sul e na América Latina como um todo. A África é resgatada como um parceiro prioritário, num intercâmbio econômico, político e cultural que também exige atitudes de reparação frente ao saque escravagista sofrido pelo continente durante séculos. O Brasil teve papel decisivo na criação de novos blocos regionais independentes, como o BRIC (Brasil - Rússia - Índia - China) e IBAS (Índia - Brasil - África do Sul).

39- Em síntese, todos esses fatores de mudança se conjugaram para criar no Brasil um novo ambiente de esperança e de confiança em relação ao futuro nacional. O velho complexo de vira-latas começa a ser substituído por um sentimento de auto-estima que tinha morrido nas últimas décadas. O país começa a acreditar em si mesmo e busca fortalecer laços internacionais de solidariedade.

40- Quando, em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff assumiu a Presidência da República, propôs-se a aprofundar esse processo histórico vitorioso, dando prosseguimento aos projetos em curso e lembrando, com razão, que continuar não significa repetir.

41- Numa comparação com Lula, se a liderança de Dilma não iguala o carisma do antecessor, lhe sobram atributos racionais, gerenciais e políticos capazes de garantir a desejável equiparação. As vantagens comparativas com que inicia seu mandato incluem como primeiro elemento diferencial o fato de que, agora, o ponto de partida não é o cenário caótico encontrado por Lula em 2003. A casa está arrumada em seus aspectos mais angulares, sendo Dilma a responsável por grande parte dessa tarefa, quando ministra de pastas estratégicas.

42- Como resultado, o Brasil goza de alto reconhecimento mundial, sendo alvo prioritário de investimentos produtivos externos. É apontado por consenso como país emergente que saltará do 10º PIB mundial, em 2002, para o 5º lugar nos próximos anos. Ainda cabe agregar a essa expectativa otimista o fato de que os investimentos relacionados com a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, bem como o início da produção em larga escala do Pré-sal (que guindará o Brasil ao grupo das grandes potências em petróleo) compõem, somados, a moldura capaz de assegurar defesas contra turbulências externas e avanços regulares na próxima década.

43- No plano político, um aspecto importante nessa comparação é que o PMDB já compôs a chapa de Dilma através do vice-presidente, ao contrário da reeleição de Lula, quando aquele partido estava na prática com Alckmin. A segurança parlamentar do novo governo depende, em grande medida, do fortalecimento dessa aliança. A grande diversidade ideológica e política do PMDB faz que com esse desafio não seja simples. Em resumo, se Michel Temer repetir a postura política sempre leal e honrada de José Alencar, o apoio a Dilma no Legislativo será mais fácil. Se o chamado fisiologismo prevalecer, haverá dificuldades maiores.

44- A complexidade política da base de apoio não se confina ao PMDB, maior partido do leque. Mesmo uma força de esquerda como o PCdoB pode adotar posições divergentes em relação ao governo Dilma, como por exemplo já ocorreu na relatoria do Código Florestal, quando o governo sofreu uma derrota parlamentar neste primeiro ano de mandato. O governo federal busca agora corrigir no Senado as distorções que anistiam os desmatamentos, para que a presidenta Dilma não seja obrigada a exercer seu poder constitucional de veto.

45- Por essas razões, assim como já acontecia durante o governo Lula, cabe ao movimento popular e sindical articular mobilizações permanentes. Seu norte deve ser a defesa intransigente do governo Dilma em tudo que ele representa de avanço democrático e social, barrando com vigor todas as tentativas de retorno ao passado de elitismo e exclusão. Essa estratégia geral do movimento sindical perante o novo governo exige tanto intervenções propositivas, apoio e parcerias, quanto atitudes de cobrança, denúncia e até protestos de rua sempre que a heterogeneidade da ampla base governista, ou desacertos internos entre ministérios, resultarem em medidas opostas ao conteúdo programático aprovado nas urnas de 2010.

46- O balanço do governo Dilma, nesta altura, é ainda preliminar. O mandato teve início quando os índices de inflação já indicavam a necessidade de novos controles e isso gerou corte nos gastos públicos e novas elevações nas taxas de juros. Ao mesmo tempo, o câmbio trouxe preocupações crescentes à medida que a entrada maciça de dólares no país provocou forte valorização do real, com impacto negativo nas exportações brasileiras.

47- A balança comercial se manteve positiva por força das exportações agrícolas e minerais, mas o setor industrial sofreu desequilíbrios. A importação de máquinas, por exemplo, gerou perigos concretos do desastre chamado desindustrialização. Segmentos como o têxtil, de calçados, de móveis, autopeças e vários outros passaram a enfrentar um tipo de concorrência externa que alguns estudiosos chegam a classificar como desleal. Sobretudo quando se trata de produtos chineses, resultantes de um modelo econômico que, rigorosamente falando, não poderia ser classificado como economia de mercado.

48- Dilma enfrentou, assim, um ambiente econômico inicial caracterizado por uma espécie de armadilha juros-câmbio-inflação, que obrigava a medidas urgentes e firmes, porém cautelosas porque mexer somente num dos três pilares poderia acentuar problemas nos outros dois. Quando a inflação começou a ceder, por volta de maio, já começavam a ficar claros os sinais de que a crise de 2008 reaparecia na qualidade de forte repique.

49- Ainda é cedo para comemorar resultados, mas não cabem dúvidas sobre o acerto das principais medidas adotadas no monitoramento desse cenário difícil. Um passo importante foi a introdução de moderados controles sobre a especulação com o valor futuro da moeda brasileira (tipo de jogada que provocou a falência de um gigante como a Sadia, por exemplo). Os sacerdotes do fundamentalismo neoliberal que toma conta do mercado financeiro reagiram com indignação ao que consideraram uma intromissão do Estado nos negócios privados, ignorando as lições que são oferecidas pela crise de 2008, produzida exatamente pela ausência de regulações.

50- A medida era acertada e o dólar passou a reagir frente ao real a partir de então, melhorando as perspectivas do setor industrial exportador. Em seguida, o lançamento do Plano Brasil Maior, apesar dos erros iniciais de não ouvir o movimento sindical e não exigir contrapartidas empresariais no nível de emprego, também aponta na direção certa. Dilma lançava uma ampla política industrial já no início de seu governo, melhor planejada que as anteriores, apostando mais uma vez no fortalecimento do mercado interno, garantindo percentuais mínimos de componentes nacionais nos produtos, investindo recursos em tecnologia de inovação competitiva.

51- Um terceiro passo positivo foi a redução de juros anunciada no último dia de agosto, decisão que parece concretizar o tão esperado alinhamento do Banco Central com as demais áreas da política econômica numa orientação favorável ao crescimento. Tanto Dilma como a autoridade monetária anunciaram publicamente que se tratava de uma virada na trajetória dos juros, que deverão cair mais a partir de agora, corrigindo sua péssima posição no ranking mundial.

52- Por último, depois que a presidenta da República convocou rede nacional de rádio e TV para manifestar segurança quanto à capacidade brasileira de enfrentar a crise obtendo o mesmo êxito de 2008, foram anunciadas saudáveis medidas de estímulo à produção de veículos no Brasil, interrompendo a explosão de importações. E mais uma vez a mídia reagiu condenando asperamente as medidas de proteção à economia brasileira.

53- Os passos corretos não foram dados num cenário de calma política. Turbulências até certo ponto naturais numa coalizão tão ampla resultaram na troca sucessiva de cinco ministros, o que foi aproveitado pelo principal partido de oposição no Brasil de hoje – a mídia monopolista – para desenhar Dilma como se fosse uma liderança acuada, sem iniciativa.

54- Essa mídia tentou esconder a importância dos primeiros programas de impacto do novo governo, que busca completar e aperfeiçoar a vitoriosa ação do governo anterior no combate à pobreza. O Plano Brasil sem Miséria se propõe a resgatar para a cidadania 16 milhões de pessoas ainda não alcançadas pelo Bolsa Família, tendo como novidade a introdução de recursos destinados a gerar portas de saída rumo à chamada inclusão produtiva.

55- As denúncias e os problemas relacionados com a troca de ministros foram utilizados por essa mídia oposicionista na elaboração de uma inteligente manobra: exaltá-la como faxineira (numa óbvia manifestação do machismo da direita reacionária) que deveria se limitar a combater a corrupção, paralisando

seu governo numa investigação interminável de todas as possíveis irregularidades.

56- Dilma se desviou dessa nova armadilha, reiterando que a prioridade maior de seu governo era a erradicação da miséria, permanecendo o combate à corrupção como obrigação permanente de qualquer autoridade pública. Busca esvaziar, assim, a estratégia cínica das oposições, que repetem a conservadora UDN nas vésperas do suicídio de Vargas e atacam todo o sistema político brasileiro como se fosse um castelo de horrores em que todos são ladrões.

57- Essa hipocrisia fica desmascarada com a simples recordação do rastro de corrupção deixado pela privatária em tempos recentes e com a recusa taxativa dessa mesma oposição em aprovar no Legislativo o fechamento da torneira que abastece as redes de corrupção junto ao poder político, o financiamento privado das campanhas eleitorais.

58- A reforma política que o governo tenta aprovar – embora com fortes desacordos no seio da própria base aliada – desponta como única engenharia realmente capaz de sanear as fragilidades ainda presentes no sistema eleitoral e partidário do Brasil, caso consiga, de fato, proibir o financiamento privado como mãe de todas as corrupções, além de introduzir a lista partidária pré-ordenada. Sem tais mudanças, seguirão existindo partidos meramente de fachada, legendas de aluguel e grandes condomínios partidários onde nenhuma liderança consegue unificar votações parlamentares.

59- Já nas vésperas de ser aberto este 7º Congresso, a presidenta Dilma marcou novos passos expressivos de sua afirmação política, como foi a aprovação na Câmara do projeto governamental que institui uma Comissão Nacional da Verdade, destinada a examinar as violações de Direitos Humanos ocorridas no contexto da repressão política que marcou a ditadura de 1964.

60- Emocionada pela honra de ser a primeira mulher a abrir uma Assembléia Geral da ONU em toda a sua história, a presidenta brasileira aproveitou o discurso para interpelar os países ricos a respeito de suas responsabilidades pela crise atual. Condenou os ajustes que recairão sobre os mais pobres, sobre o nível de emprego e sobre as proteções sociais. Voltou a sustentar o direito brasileiro a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e opôs-se à diplomacia de guerra que vem sendo praticada pelos Estados Unidos, não interrompida por Obama. Reafirmou, mais uma vez, o apoio do Brasil à criação imediata do Estado Palestino.

Cenário em São Paulo e no ABC

61- O estado de São Paulo, sob governos do PSDB há 16 anos, assume hoje a condição de território onde é maior a resistência aos avanços trazidos pelos governos Lula e Dilma. Nas eleições, se repetem resultados de alto contraste com os obtidos nas urnas do Nordeste ou em áreas como o Rio de Janeiro e Minas. Aqui se repetem manifestações hostis contra as políticas de inclusão racial e se organizam mobilizações de perfil direitista como o desacreditado “Cansei” . Aqui estão concentrados importantes aparelhos da mídia oposicionista hegemônica.

62- Isso não impede a ocorrência de importantes vitórias populares, mas elas se recobrem de enorme dificuldade, como é o caso das vitórias da esquerda nas eleições de cidades-polo, que automaticamente ficam submetidas a um cerco implacável pelo Executivo estadual, por segmentos do Judiciário e do Ministério Público e pela mídia hegemônica.

63- Nos primeiros meses de seu novo mandato, Geraldo Alckmin tenta mudar a imagem conservadora e antipopular que exibiu na campanha contra Lula em 2006. Faz gestos de aproximação com Dilma e sinaliza no sentido de abandonar a intransigência com que os tucanos sempre trataram as legítimas demandas salariais e profissionais de segmentos como Educação, Saúde e muitos outros.

64- Favorecidos pela zelosa blindagem que a mídia vem garantindo a eles nesses 16 anos – problemas de corrupção e indicadores negativos nunca são divulgados –, os tucanos fazem de São Paulo a viga-mestra de sua resistência nacional aos avanços democráticos e populares em âmbito nacional.

65- A Assembléia Legislativa se comporta como uma virtual extensão do Executivo, enquanto o Judiciário e o Ministério Público só raramente adotam atitudes de fiscalização, controle ou denúncia. Esse ambiente falseado repercute na formação de uma opinião eleitoral que, algumas vezes, gera a impressão de que São Paulo seria o menos brasileiro dos estados da Federação.

66- Ainda é cedo para prever qual a amplitude e a duração desses acenos iniciais do governador. Pode ser mera maquiagem, a ser abandonada nos próximos meses com o aquecimento do calendário municipal de eleições. Ou pode ser fruto de uma compreensão mais profunda, vivida por alguns segmentos da oposição, de que eles possuem poucas chances de sucesso se repetirem as táticas de José Serra, que tentou empurrar o país para posições mais à direita, sendo repellido na manobra reacionária.

67- A reviravolta de Gilberto Kassab, por exemplo, que aglutina lideranças da direita paulista em novo partido, numa aparente reaproximação com o governo federal, resulta dessa análise mais realista. Sabem que Dilma herdou e realimenta um forte sentimento de aprovação, reconhecem que o projeto de país em curso tem a tendência de fortalecimento nos próximos anos, e por puro pragmatismo se desligam da oposição formal, anunciando que seu novo partido não será de direita, nem de centro e nem de esquerda. Com esse ardil, podem seguir como oposição, mas fingindo que não.

68- As lutas sindicais e populares no estado de São Paulo adquirem, por isso, um papel crucial. Nosso estado não pode prosseguir na contramão dos avanços sociais e democráticos em curso no plano nacional. Mesmo porque o PIB mais elevado convive, aqui, com índices alarmantes de pobreza e marginalidade, não sendo poucas as áreas onde o fracasso administrativo salta à vista, predispondo a sociedade a escutar, fora da mídia, as propostas de mudança. Pedágios escorchantes, saúde em sucateamento, imagens de professores espancados em manifestações pacíficas, troca de tiros entre Polícia Civil e Polícia Militar, insegurança frente aos assaltos e explosão de caixas eletrônicos, colapso de abastecimento de água no litoral, trânsito insuportável e enchentes, repressão a movimentos de luta pela terra e moradia etc.

69- Na região do ABC, em especial, por força de sua tradição de lutas, alta concentração industrial, peso econômico e nível diferenciado de consciência sindical, essa disputa entre dois projetos de Brasil adquire contornos muito claros e já inicia uma nova disputa decisiva rumo às eleições do próximo ano.

70- Cresceu em nossos últimos congressos a abordagem do tema regionalidade. Os metalúrgicos do ABC avançam na compreensão de que um país sempre se concretiza e acontece, de fato, no chão onde pisamos, na cidade em que moramos, em nosso território. Essa visão incorpora a contribuição teórica do grande geógrafo Milton Santos – intelectual brasileiro de reconhecimento mundial que, por ser negro, o Brasil preconceituoso só descobriu quando ele se tornou professor da Sorbonne – a respeito da existência de dois circuitos na economia.

71- Um desenvolvimento consistente só é possível quando se articulam o circuito superior (grandes projetos, investimentos, sistema de crédito, infraestrutura nacional, juros, câmbio, controle da inflação etc) com o circuito inferior. Este se refere ao dinamismo das relações entre pessoas do mesmo território, mediante associações para produção e troca, micro negócios, economia solidária, cooperativas, soluções criativas para merenda escolar, canalização de córregos, ajuda mútua nas enchentes e desmoronamentos, mobilizações frente ao poder político local. Enfim, o Brasil real onde as pessoas

se cansam de esperar soluções vindas de cima, arregaçam as mangas e decidem fazer.

72- No caso concreto do ABC, a importância dessa abordagem ainda é ampliada claramente por três aspectos relevantes: 1) a região compõe uma verdadeira continuidade territorial entre sete municípios, somando 2,5 milhões de habitantes; 2) aqui se produz uma parcela muito expressiva do PIB nacional, configurando o quarto mercado de consumo no país; 3) o nível de organização e mobilização política atingido pelo movimento sindical já desde o período de regime militar fazem dele um polo de vanguarda capaz de gerar uma liderança do porte de Lula.

73- Por tudo isso, nos últimos anos nosso Sindicato tem se responsabilizado pela organização sistemática de seminários, encontros, mesas de negociação, estudos e publicações sobre a conjuntura regional e sua importância para o Brasil. Por mais de uma vez, reunimos em debate ministros, lideranças partidárias e sindicais, parlamentares, especialistas, empresários e até governador e presidente da República, para aprofundar um diagnóstico comum quanto aos problemas, construindo propostas de superação.

74- Frutos importantes já foram colhidos nesse empenho, merecendo registro nossas pressões para conquistas como foram a criação da Universidade Federal do ABC, a ampliação do pólo petroquímico, as negociações para que novos modelos fossem produzidos nas montadoras locais, a construção da segunda pista da Imigrantes, gestões para o Rodoanel e o Ferroanel, medidas de proteção ambiental da represa etc.

75- No momento em que se aproximam as eleições municipais de 2012, o 7º Congresso reafirma mais uma vez a orientação de engajamento militante de nossa base nessa disputa, para que as urnas fortaleçam o projeto de Brasil que os governos Lula e Dilma simbolizam, elegendo-se prefeitos e vereadores – homens e mulheres – de comprovada identidade com o fortalecimento da democracia, da inclusão social e da participação popular em todas as tomadas de decisão.

76- As diversas ações e lutas a serem discutidas e aprovadas neste 7º Congresso são detalhadas nos tópicos seguintes, individualizando cada um dos eixos de intervenção dos metalúrgicos do ABC nos próximos três anos, no campo sindical e nas disputas políticas gerais. Em seu conjunto, compõem uma estratégia geral de fortalecimento da organização sindical de base, formação continuada de militantes e dirigentes, participação ativa em todos os debates sobre os destinos do Brasil, buscando a consolidação de nosso país como nação justa, solidária com outros povos, equilibrada na distribuição de renda, profundamente democrática.

77- Três prioridades mais centrais devem balizar nossa trajetória no próximo período, em conjunto com as muitas iniciativas já em curso sob a liderança da CUT (luta pela jornada de 40 horas; recuperação consistente do salário mínimo; fim do fator previdenciário; correção adequada da tabela do Imposto de Renda; fim do imposto sindical compulsório; reforma tributária de caráter progressivo; redução expressiva da taxa de juros; reforma política introduzindo o financiamento público de campanha e o voto em lista pré-ordenada de candidatos parlamentares etc).

78- As três prioridades centrais também serão detalhadas nas próximas páginas, apontando:

- a) Defesa do emprego e dos salários, bem como da produção nacional, mediante implantação de uma política industrial em que os trabalhadores sejam ouvidos em todas as decisões, priorizando o fortalecimento do mercado interno e, ao mesmo tempo, garantindo investimentos maciços em tecnologias de inovação para ampliar a capacidade exportadora brasileira;
- b) Fortalecer a organização sindical no local de trabalho e avançar rumo à conquista de um novo padrão de negociação coletiva onde as práticas anti-sindicais sejam banidas, atualizando-se as normas trabalhistas no sentido de compatibilizá-las com as profundas mudanças vividas pelo país nos últimos 50 anos, aprovando no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Acordo Coletivo Especial, o ACE.
- c) Sustentar e ampliar a batalha pela democratização dos meios de comunicação de massa, tanto no sentido de fortalecer os instrumentos já criados pela nossa categoria (Tribuna, TVT, rádio, internet, ABCD Maior etc), quanto no esforço nacional para quebrar o sistema atual de monopólio que transforma os principais jornais, revistas, emissoras de rádio e TV em verdadeiros aparelhos políticos de oposição às mudanças revolucionárias hoje em curso no Brasil.

II- Política de Desenvolvimento

1- Política Industrial

79- Ao responder por 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 19% dos trabalhadores formais do país, o setor industrial (indústria de transformação , semimanufaturados e construção civil) concentra a parcela mais dinâmica e estruturada da economia nacional e ocupa um lugar central na consolidação de um projeto de crescimento econômico sustentável e de desenvolvimento social.

80- Assim, não é possível pensar um projeto de nação sem se estruturar uma clara política de desenvolvimento industrial, que, na avaliação do nosso Sindicato, foi desenhada e implementada de maneira positiva pelo governo Lula por meio da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelo Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

81- Os metalúrgicos participaram ativamente dos debates dessas duas políticas industriais, além de participar dos grandes debates sobre os rumos do País por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

82- Participaram das decisões do governo Lula sobre o dinamizar do mercado interno brasileiro por meio da política de valorização do salário mínimo, universalização de programas de combate à pobreza e a ampliação da disponibilidade de crédito.

83- Durante a crise econômica internacional de 2008, participaram dos debates nacionais e regionais que culminaram nas medidas econômicas que ajudaram o Brasil a superar a crise.

84- Foi, também, pela ação dos metalúrgicos do ABC que o debate sobre o problema das importações tomou as ruas levando 30 mil trabalhadores para a principal rodovia de acesso ao maior porto do Brasil a fim de chamar a atenção da sociedade e dos diferentes níveis de governos para essa questão.

85- E é nesta questão que o debate sobre a política industrial ganha ainda mais importância. A indústria de transformação, que já correspondeu a 27,2% do PIB em 1985, hoje corresponde a pouco mais de 15% e, caso não se altere a atual trajetória de desestruturação do parque industrial brasileiro, esta participação tende a cair. Isto inclui o atual parque industrial automobilístico.

86- A indústria automobilística global iniciou o século 21 com um processo de reestruturação global, reposicionando marcas e plantas com vistas a ampliar

sua característica global e permitir às empresas competir lucrativamente nos diferentes mercados regionais.

87- Com a crise financeira global que abateu o poder de compra dos consumidores nos países centrais e a capacidade de financiamento de seus agentes financeiros e o novo papel que a China passou a ocupar na estratégia das montadoras e na competição mundial do setor, esses programas têm-se intensificado.

88- No mesmo sentido, megaforneecedores globais caminham para tomar o lugar da maioria dos fornecedores locais de máquinas e peças (adquirindo-os ou forçando-os a se retirar do mercado devido à intensidade da competição), tanto no setor de autopeças quanto de máquinas e equipamentos. O crescimento das importações no setor é constante desde 2004 e, com a queda nas importações resultante da crise internacional, a situação se agravou.

89- Em 2010, o Brasil importou 634,8 mil veículos e deve superar os 800 mil veículos em 2011. Desse volume de importações, as quatro maiores montadoras instaladas no País (GM, FIAT, FORD e VW) juntas importaram 50% desse montante e a Hyundai e Kia, juntas, 23%.

90- A balança comercial do setor automotivo (autos+peças) ficou negativa em US\$ 5,1 bilhões em 2010, sendo que, o maior déficit na balança comercial automotiva está com a União Européia, seguida de perto pela Coréia do Sul.

91- Nós, metalúrgicos do ABC, entendemos que é fundamental o papel do Estado no estímulo dos agentes produtivos (empresas e trabalhadores), propiciando um ambiente macroeconômico estável e dinamizador e uma política industrial, de inovação e de comércio exterior que promova os investimentos, a inserção internacional e o emprego e, por isso, aprovam as medidas contidas no Plano Brasil Maior (nome pelo qual o atual governo apresenta a política industrial para o período 2011-2014) proposto pelo Governo Dilma e defendem a participação dos trabalhadores em sua implantação e gestão.

92- Defesa esta que nos impõe uma longa tarefa, para a qual o 7º Congresso decide:

Propostas de Ação

93- Buscando manter o papel do nosso Sindicato na defesa dos interesses dos trabalhadores no contexto nacional, em especial, nos debates relativos à política industrial, o Congresso debateu o tema e aprovou uma linha de ação para fortalecer a presença do sindicato nos conselhos tripartites, nas principais

discussões sobre os rumos da indústria nacional e da política de desenvolvimento. Neste sentido, aprovou-se os seguintes eixos de atuação, cada qual composto de propostas de ação:

94- Política de desenvolvimento e participação e articulação dos conselhos setoriais da indústria

a) Traçar uma linha comum de ação, junto com os outros segmentos do movimento sindical da indústria, envolvendo a defesa dos interesses dos trabalhadores da indústria.

b) Garantir representação do nosso Sindicato em todos os espaços de decisão da política industrial, buscando garantir a determinação da 13a. Plenária Nacional da CUT de promover o debate sobre a paridade entre homens e mulheres na atuação como conselheiros/as, bem como articular iniciativas com as demais representações cutistas;

c) Participar ativamente nos debates sobre a indústria no âmbito do Mercosul, buscando garantir assento nos espaços tripartites de discussão;

d) Definir política de formação e assessoria para os dirigentes sindicais que atuem como conselheiros nos conselhos setoriais da indústria.

e) Introduzir a temática do trabalho decente em todos os conselhos setoriais da indústria.

f) Promover políticas de combate à rotatividade na indústria: Com o aumento da produtividade nas montadoras, autopeças e demais grupos é possível e necessária a redução da jornada de trabalho; para isso, devemos desenvolver campanha e calendário de luta concreta pelas 40 horas semanais sem redução de salários e exigir do Congresso Nacional e junto ao Governo Dilma a aprovação do Projeto de Lei da redução para 40 horas semanais sem redução dos salários e sem banco de horas, salvo quando negociado com o Sindicato, para gerar e preservar os empregos na categoria e no país ; além disso, elaborar programa de incentivo às empresas que não demitirem e lutar pela ratificação da Convenção 158 da OIT.

g) Organizar a luta pelo Piso Nacional nas montadoras, autopeças e demais grupos, a partir da base do SMABC em conjunto com a FEM e CNM/CUT, lutando pela recuperação salarial no mesmo ritmo do aumento da produtividade e pelo fim do Contrato por Tempo Determinado , salvo quando negociado com o sindicato, pela efetivação de todos os trabalhadores , combatendo a terceirização e a precarização das relações trabalhistas;

h) Lutar para conter a remessa de lucros do Brasil para os países imperialistas, para que a riqueza produzida aqui seja investida prioritariamente no Brasil e não em outros países;

i) Lutar contra a privatização dos serviços públicos como Correios, Petrobrás, Aeroportos, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, BNB e todas as agências de fomento;

j)- Lutar por um plano nacional de obras públicas, na melhoria da qualidade de vida nos bairros periféricos e criação de empregos e direitos aos desempregados.

k) Continuar a luta pelo reajuste e correção real da Tabela do Imposto de Renda.

l) Realizar seminários e fóruns a fim de discutir os malefícios da alta de juros para o crescimento e o desenvolvimento da sociedade brasileira, lutando pela queda drástica dos juros, com maior controle cambial e pelo fim da especulação financeira.

95- Participação nos debates e decisões que influenciem o futuro da cadeia automotiva brasileira

a)Atuar junto ao Governo para a adoção de medidas de proteção e estímulo à cadeia automotiva nacional;

b) Articular com empresários nacionais, governo e BNDES o projeto de uma indústria nacional automobilística, reativando o debate sobre o Contrato Coletivo Nacional dos Metalúrgicos.

c)Avançar na negociação das contrapartidas sociais nas desonerações tributárias para a indústria automotiva, lutando pelo fim da renúncia fiscal e/ou redução de impostos como IPI e ICMS sem contrapartidas que garantam o emprego e os direitos dos trabalhadores

d) Adentrar no debate energético do País contribuindo para a viabilidade da utilização de energia alternativa em veículos, bem como influir na reorganização da cadeia produtiva dos veículos verdes;

e) Influenciar nas políticas de adensamento da cadeia produtiva automotiva e induzir um processo de reorganização visando o veículo do futuro.

f) Reabrir a negociação sobre renovação de frota, reciclagem, níveis de emissões e meio ambiente;

g) Elaborar e negociar acordo específico de Renovação e Reciclagem na área de Caminhões e Ônibus, visando: e1) aumento da segurança no trânsito; e2) redução da poluição ambiental, e3) incentivo ao uso de biocombustíveis;

h) Adentrar ao debate nacional sobre a política de mobilidade urbana e transporte de carga em defesa do fortalecimento de um modelo intermodal que articule os diversos meios de transporte.

96- Promover o debate e influenciar nas decisões sobre o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas indústrias da base do SMABC

a) Realizar ciclo de debates sobre o desenvolvimento e o futuro da indústria nacional, onde possam ser ouvidos pesquisadores e intelectuais de renome, assim como representantes da sociedade civil, reconhecidos por sua representatividade. Os debates deverão ter o papel de contribuir para ampliar a compreensão dos metalúrgicos sobre esses temas e, assim, ajudar-nos a formular nossa estratégia de ação no plano nacional.

b) Abrir diálogo e viabilizar nas empresas da base do nosso Sindicato investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias.

c) Ampliar a participação do nosso Sindicato nas negociações de novos investimentos e modernização das fábricas que compõem sua base.

d) Participar dos debates, influenciar nas decisões e buscar mecanismos de atração de indústrias de alta tecnologia para a base do nosso Sindicato.

e) Participar ativamente dos debates, bem como influir nas discussões em andamento sobre nanotecnologia, buscando viabilizar apoio as empresas da região que investirem neste tema.

f) Participar dos debates e articular o desenvolvimento de uma política de educação profissional regional voltada para a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

g) Incentivar as microempresas, através de supressão de entraves burocráticos e outras medidas para dar capacidade de acesso à inovação e à tecnologia;

h) no que diz respeito à política industrial sustentável, lutar para investimentos em pesquisa e desenvolvimento e incentivos para inovação para o setor de informática e automação, dentre outros.

97- Cadeia do Pré-Sal: Junto às lideranças locais, realizar estudos e viabilizar políticas de apoio para a entrada de empresas do ABC na cadeia de produção da Petrobrás nas áreas de energia e gás natural, como forma de diversificar a produção metalúrgica da região, elevando a arrecadação local e possibilitando a sustentabilidade do desenvolvimento futuro do ABC.

2) As relações e as políticas institucionais e regionais do SMABC

98- O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem uma longa tradição nas discussões institucionais nas esferas nacional e local que remontam os anos 80, desde sua intervenção na fundação do Partido dos Trabalhadores - PT (1980) e na fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT (1983), a fim de que pudessem atender aos ideais da classe trabalhadora, estabelecendo, assim, uma agenda de discussões muito além do chão da fábrica. Em 1989, quando se define “Sindicato Cidadão”, os Metalúrgicos do ABC somente reafirmam uma condição criada ao início da década, ou seja, a estratégia sindical de transformar as políticas institucionais em bandeira de luta e disseminação nas negociações. Os debates e ações institucionais estão enraizados no cotidiano da ação sindical e fazem parte da natureza da entidade.

99- Durante os anos 90, no âmbito nacional, foi fundamental o protagonismo do Sindicato pela presença dos trabalhadores na Câmara Setorial Automotiva. O acordo firmado neste fórum tripartite resultou na interrupção das demissões que o setor realizava naquela ocasião, bem como na definição da estrutura e composição de uma nova geografia das plantas automobilísticas no Brasil. Na esfera internacional, é relevante enfatizar que o acordo impactou diretamente nas decisões futuras das matrizes quanto à escolha do modelo de desenvolvimento industrial proposto por este segmento nos países em que se instalam. No espaço local, ainda na década de 90, a entidade atuou em gênero e grau nas construções e nas elaborações dos projetos desenvolvidos pelo Consórcio Intermunicipal do ABC, pelo Fórum da Cidadania do ABC, pela Câmara Regional do ABC e pela Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC. Neste período, podem ser listados importantes acordos resultantes da política institucional regional, focalizados nas estratégias de revitalização econômica e de aumento da competitividade local, e que aliou os anseios da sociedade com os interesses dos trabalhadores. Dentre estes acordos, estão as construções de sistemas de retenção de águas pluviais (piscinões), as obras no sistema viário do ABC abrangendo os trechos das Rodovias Anchieta, Imigrantes e Índio Tibiriçá, o Plano Regional de Qualificação Profissional, o

incremento do acesso de empresas às linhas de financiamento do BNDES e o MOVA Regional.

100- Nos anos 2000, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Sindicato ampliou ainda mais sua intervenção nas políticas institucionais e se configurou como liderança e interlocutor principal com o Governo Federal, defendendo as demandas da sociedade local, tendo em vista que as ações pela defesa do emprego da categoria e dos trabalhadores da região necessariamente dependiam das políticas nacionais pelo desenvolvimento econômico, sejam de domínio industrial ou das políticas públicas. A crise americana em 2008 trouxe um grande desafio para as relações institucionais no mundo, e, no ABC, o rápido esfriamento da atividade econômica e a redução no nível do emprego conduziram mais uma vez o Sindicato à busca de alianças com as lideranças regionais. Nesta ocasião, a política local vivia um período de fragilidade e estagnação decorrente do período anterior às eleições de 2008, uma vez que as estruturas estavam dirigidas por representantes de instituições não comprometidos com as demandas dos trabalhadores e da sociedade, e, portanto, as discussões não avançavam. Tal estagnação se expressava na desastrosa política conduzida por Willian Dib no município de São Bernardo do Campo e no Consórcio Intermunicipal do ABC, e em sua influência negativa no que se refere à articulação política local e ao viés conservador. Estes representantes não reconheciam a representatividade dos trabalhadores e, portanto, foi necessário conciliar as inúmeras dificuldades postas pelos arranjos políticos.

101- A intervenção do Sindicato diante deste cenário possibilitou, em março de 2009, a realização do Seminário Regional “ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, com a importante presença dos governos municipais, nacional e estadual, entidades sindicais e empresariais, além de vários parlamentares, de onde saíram uma série de políticas construídas com as lideranças locais (trabalhadores, poder público e associações patronais). Dentre as políticas, denominada “Carta do ABC”, uma das mais relevantes era a reinstalação imediata da Câmara Regional e de seus grupos de trabalho. As demais passavam por amplas discussões sobre crédito, emprego e desemprego, trabalho decente, mercados e potencialidades da região e a questão fiscal e tributária. Propunha-se, portanto, que os grupos de trabalho debatessem e estabelecessem acordos para as propostas formuladas pelas lideranças para o enfrentamento da crise.

102- Foram diversos os resultados obtidos a partir do seminário regional. Nas estruturas locais, a sociedade pôde reconquistar a direção do Consórcio Intermunicipal e os trabalhadores puderam eleger um dirigente sindical para a direção da Agência de Desenvolvimento Econômico. Neste mesmo ano, ocorreram dois grandes e importantes eventos de caráter regional cujo objetivo era o encaminhamento das propostas debatidas naquele seminário. O primeiro,

realizado em junho, foi a instalação do Grupo de Trabalho Automotivo com a presença do Sr. Miguel Jorge, então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e do Prefeito Luiz Marinho, coordenador do grupo que tem como objetivo desenhar uma política regional para o setor automotivo. O segundo evento, o seminário “O Papel do BNDES no Desenvolvimento do Grande ABC”, realizado em julho, tinha a finalidade de debater questões e encontrar alternativas para o desenrolar dos processos de concessão e melhoria do fluxo de crédito do BNDES para empresas, trabalhadores autônomos e caminhoneiros, bem como empreendimentos solidários.

103- É igualmente relevante destacar que junto ao BNDES o Sindicato desenvolveu o Procaminhoneiro, programa direcionado ao segmento de transporte rodoviário e de carga, intensamente atingido durante a crise. A defesa de fabricantes de componentes para aviões-caça no ABC e a instalação de um centro de tecnologia e pesquisa para este fim, soma a lista de políticas debatidas e defendidas pelo Sindicato neste período. Além dos já citados projetos encaminhados, o seminário regional também levou os sindicatos a defenderem e elaborarem com a Universidade Federal do ABC – UFABC um curso de políticas públicas específico para este público, a fim de preparar o movimento sindical para uma intervenção cada vez mais qualificada nos temas relacionados à política de desenvolvimento socioeconômico local. A primeira turma concluiu o curso de 97 horas em 2011 e o objetivo é ampliá-lo para o próximo ano. Com o mesmo intuito, devemos manter o curso de economia e sindicalismo realizado em 2011 em parceria com a Unicamp.

104- A intenção das lideranças diante de todas estas iniciativas era a de combater a mídia conservadora e tradicionais agentes econômicos que preferiram apostar no aprofundamento da crise durante todo o processo. Os desdobramentos do seminário regional e a preocupação do Sindicato – junto à CUT, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Força Sindical e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP-, com o efeito crescente das importações, que gerou uma balança comercial negativa no setor automobilístico em 2010, e com o risco de desindustrialização no país, levou o Sindicato a organizar o seminário “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”.

105- Neste evento, as entidades construíram um conjunto de propostas negociadas entre as partes que teve como método a construção de consensos. No documento estão explicitadas diversas políticas de defesa comercial, assim como ficaram asseguradas a idéia de contrapartidas sociais e o fortalecimento de políticas para economia solidária. Parcela importante das propostas sobre política industrial e desenvolvimento tecnológico, garantidas neste documento, foi construída ao longo dos anos com a CUT e com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM.

106- Todavia, os desafios do Sindicato não param por aqui. A categoria metalúrgica no ABC é vítima das políticas de guerra fiscal e cambial entre os Estados e países, cujo resultado, dentre outros, foi a destinação de uma série de benefícios fiscais às empresas sem qualquer contrapartida aos trabalhadores quanto às condições de trabalho e rendimentos. Além disso, é preciso lidar com sabedoria e criatividade para não deixar que os produtos importados, resultantes de políticas protecionistas dos países ou da elevada exploração do trabalhador, tais como a prática de longas jornadas de trabalho, ausência de benefícios sociais e baixíssimos salários, atinjam ainda mais os postos de trabalho dos metalúrgicos. O Sindicato entende que neste momento em que os trabalhadores têm assento para discutir as questões do trabalho, a política industrial e de comércio exterior, o regime automotivo e a reforma agrária, entre outras questões, é relevante que as propostas para estes fóruns sejam resultantes de ação articulada com a central sindical, ou seja, a construção de uma pauta conjunta, produzida por meio de seminários, contribuindo assim para uma CUT ainda mais unida, preparada e fortalecida para defender interesses comuns de seus sindicatos.

107- Propostas de Ação: Com o objetivo de fortalecer a presença da entidade nos projetos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da sociedade, o 7º Congresso aprova a realização de um conjunto de ações para os próximos anos:

108- Cabe à Vice-Presidência, responsável pelas relações institucionais e pelas políticas locais no Sindicato:

- a. Coordenar a articulação e orientar os debates dos dirigentes nos fóruns nacionais, regionais e locais com representação do Sindicato (ex.: Câmara Regional do ABC, Agência de Desenvolvimento Econômico, comissões municipais de emprego, conselhos de desenvolvimento econômico, conselho sindical regional, conselhos de política urbana, conselhos de saúde e meio ambiente, conselho de segurança alimentar etc.);
- b. Considerar e aplicar, no âmbito das políticas públicas municipais, regionais ou nacionais, as definições dos coletivos temáticos do Sindicato: juventude, pessoas com deficiência, gênero e/ou mulheres e raça.

109- Movimentos populares: Promover a aproximação com os movimentos populares organizados, criar uma agenda comum e realizar ações que envolvam os interesses dos trabalhadores;

110- Direitos Humanos : Considerar como agenda prioritária regional a temática dos direitos humanos e o envolvimento e apoio à Conferência do

Grande ABC preparatória à 12º Conferencia Nacional dos Direitos Humanos. Também apoiar as iniciativas regionais em prol da Verdade, Memória, Justiça e Reparação, dando divulgação à Carta do ABC das entidades em prol da Verdade, Memória, Justiça e Reparação e em apoio à Comissão Nacional da Verdade.

111- Articulação governamental, parlamentar e sindical no nível nacional, estadual e municipais: Definir uma política de articulação com os Governos das três esferas, parlamentares e instituições sindicais visando a defesa dos grandes temas nacionais de interesse dos trabalhadores, tais como o fator previdenciário, a legislação trabalhista, a reforma tributária, o imposto de renda, a questão fiscal, a política industrial, projetos de lei do interesse dos metalúrgicos do ABC como o do Acordo Coletivo Especial - ACE, Jornada de 40 horas semanais sem redução de salários , entre outros;

112- Mobilidade e Logística: Elaborar política pública para investimentos na área de mobilidade e logística e pautar as entidades regionais, considerando os aspectos viários e o Porto de Santos;

113- Debater com o Consórcio Intermunicipal do ABC que seja feito um estudo técnico para que as empresas que prestam serviços às prefeituras do ABC, por exemplo, na área de transporte público, busquem reposição da frota preferencialmente com empresas da região do ABC, respeitadas as disposições legais da Lei das Licitações, e fazendo este mesmo debate com o governo estadual, e buscando incluir nesse estudo cláusulas sociais e de respeito à prática sindical pelas empresas que ganharem a licitação para o fornecimento às prefeituras do ABC.

114- Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA: dar continuidade à busca de novos convênios com governos, empresas e entidades vinculadas à área da educação, a fim de erradicar o analfabetismo no ABC;

115-Fóruns e Conferências Sociais: Encaminhar como prioridade as ações definidas pelo Fórum Social do ABC na 5ª Jornada Cidadã e pela Conferência Regional do Trabalho Decente, de forma a garantir melhores condições de vida e de trabalho para a sociedade local.

116- Promover em ação articulada, junto aos conselhos municipais de política cultural, Consórcio Intermunicipal e ações organizadas da sociedade civil na região como o Fórum Permanente de Debates Culturais do Grande ABC, a construção de políticas públicas específicas para a cultura, assim como a

implantação na região do Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC)

117-Parque Tecnológico Regional:

a) Articular e garantir com o poder público, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais a construção conjunta do Parque Tecnológico do ABC, considerando, inclusive, os aspectos geográficos e de tempo de constituição;

b) Definir como prioritários para inclusão no Parque Tecnológico do ABC os seguintes segmentos: metalmecânico, petróleo e gás natural, defesa nacional/aeroespacial, químico/petroquímico e moveleiro;

c) Criar projetos que viabilizem a constituição de um parque tecnológico no ABC que vise a atração de empresas com competência tecnológica e fabricantes de produtos de alto valor agregado, e que possibilite ao ABC maior capacidade de atração de investimentos a fim de manter o crescimento, o desenvolvimento e a distribuição de renda no país.

118- Pré-Sal: Junto às lideranças locais, realizar estudos e envidar esforços no sentido de garantir investimentos em tecnologia e o fornecimento de empresas do ABC à cadeia de produção da Petrobrás para as áreas de energia e gás natural, como forma de diversificar a dependência produtiva da região e elevar a arrecadação local, possibilitando a sustentabilidade do desenvolvimento da região por longas décadas.

119- Consolidar o **Coletivo de Relações Internacionais**, que deverá: a) articular os Comitês Mundiais de Trabalhadores da base com os de outras regiões e categorias, estendendo essa articulação junto à FEM, CNM, CUT Nacional, Redes Sindicais, ONGs e órgãos governamentais; b) apoiar a criação de novos Comitês Mundiais de Trabalhadores na base; c) organizar seminário internacional com os poderes públicos e entidades empresariais para discutir a nova estrutura mundial das empresas e a capacidade de organização dos trabalhadores nesse cenário; d) elaborar calendário anual de reuniões entre os Comitês Mundiais de Trabalhadores e Redes da base; e) criar hot site no portal do SMABC sobre o tema; f) publicar jornal impresso regular sobre o tema; g) empreender ações junto à Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul; h) conscientizar a categoria sobre o tema por meio dos cursos realizados diretamente com a base, especialmente nos programas “Sindicato e Cidadania” e “Trabalho e Cidadania”.

120- Considerando o quadro mundial atual e a correlação de forças internas, dando prosseguimento às nossas lutas por um Brasil mais justo e democrático,

este Congresso delibera pela realização de seminário para debater as mudanças políticas e econômicas que ocorrem no mundo hoje e como o estado brasileiro deve preparar-se política, econômica e socialmente para desenvolver e qualificar suas políticas públicas internas. Queremos contribuir para a nação brasileira vencer a crise. Não queremos ser atropelados pela crise, como estão sendo os trabalhadores de outros países como alguns do continente europeu. Temos que, enquanto trabalhadores, tomar a iniciativa de pautar o debate com a sociedade brasileira das reformas tributária, política, administrativa e sindical, assim como intensificar nossas relações com trabalhadores dos outros países.

3) Trabalho Decente: Uma política transversal da ação sindical

121-O conceito de Trabalho Decente foi desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1999, visando promover o acesso de homens e mulheres trabalhadores a empregos produtivos baseados na igualdade de oportunidades, nos direitos do trabalho, na proteção social e na promoção e/ou fortalecimento do diálogo com a sociedade. Trata-se de um conceito amplo, pois pretende estabelecer parâmetros mínimos de condições para os trabalhadores, contudo sem indicações de limites máximos.

122-No Brasil, as ações para a implementação de diretrizes para a promoção do trabalho decente se iniciaram em 2003, com um Memorando de Entendimento entre a presidência da República e a direção-geral da OIT, em meio a um contexto de baixas taxas de crescimento econômico, aumento dos níveis de desemprego e do trabalho precário e informal. A partir deste documento, em 2006, o país lançou a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), ancorada em três prioridades: geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades e de tratamento, erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil e o fortalecimento do diálogo social e do tripartismo como instrumento de governabilidade democrática.

123-Em termos nacionais, mais recentemente ocorreram duas relevantes medidas governamentais pelo cumprimento da agenda do trabalho decente: o Plano Nacional do Trabalho Decente (PNTD), lançado em maio de 2010, cujo desafio é garantir que o trabalho seja tratado como elemento central das políticas públicas, e, o pré-lançamento da I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente (CNETD), convocada pelo Presidente da República em novembro de 2010 e prevista para acontecer em maio de 2012.

124-No ABC, o debate sobre o trabalho decente ganhou força a partir do Seminário Regional “ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, em 2009. Neste momento, um grupo de trabalho passou a debater exclusivamente questões pertinentes ao tema, propondo modificações na legislação dos municípios da região com o intuito de garantir a geração de postos de trabalho de qualidade,

fortalecendo a agenda do trabalho decente no processo de enfrentamento da crise econômica internacional.

125- Neste mesmo ano, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC elegeu este tema como central em seu VI Congresso da categoria e defendeu o acompanhamento sistemático no desenvolvimento das ações definidas pela ANTD. Participou ativamente na construção da Agenda Regional do Trabalho Decente e, em 2010, nas oficinas municipais que tinham o objetivo de elaborar um diagnóstico dos déficits de trabalho decente da região, disseminar a proposta da Agenda, bem como preparar a 1ª Conferência Regional do Trabalho Decente, evento este que reuniu cerca de 250 participantes entre representantes do poder público, dos trabalhadores, dos empresários, da sociedade civil organizada, da OIT, dos Governos Federal e Estadual e os parlamentares.

126- Em outubro de 2011, o Sindicato participou da 2ª Conferência Regional organizada pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Organização Internacional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e Governo Estadual, junto a outras lideranças dos setores público e privado e de entidades da sociedade civil da região. Nesta Conferência, nas avaliações realizadas pelos participantes, diagnosticou-se que o debate sobre trabalho decente no Grande ABC se encontra em níveis mais avançados que em outras regiões do país, resultado de décadas de lutas do movimento operário pela construção de espaços democráticos, bem como pela constituição de espaços públicos a partir dos anos 1990, porém ainda existem situações em que trabalhadores são vítimas de condições de trabalho precárias, da informalidade e da ausência de direitos. Definiu-se ainda que as ações pela promoção do trabalho decente não podem estar dissociadas das agendas municipais em prol do desenvolvimento econômico, da inclusão e da melhoria do estado de bem estar social local. Além das análises realizadas, o Sindicato e as demais lideranças tem se utilizado destes fóruns para se prepararem e se qualificarem para representar o ABC na Conferência Estadual a se realizar na sequência do VII Congresso dos Metalúrgicos do ABC.

127- Para o Sindicato, a promoção do trabalho decente deve focar muito além da identificação de elementos que levem à criação de postos de trabalho e rendimentos, mas ao estímulo de que estes empregos desenvolvam-se e conduzam a condições de vida dignas.

128- Neste contexto, o Sindicato entende que tem cumprido os principais eixos do trabalho decente no que se refere aos princípios e direitos do trabalho, à proteção social, à geração do trabalho e emprego e ao fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social. Defende ainda que suas ações pela promoção do trabalho decente, seja no âmbito da sociedade ou da fábrica, devem cumprir um papel ainda mais ativo, uma vez que se trata de uma

política transversal das várias políticas definidas pela direção sindical desde seu último Congresso. O movimento sindical tem a frente muitos desafios. O mundo assiste a mais um longo período de crise econômica que, sem dúvida alguma, já atinge e precariza empregos de milhões de trabalhadores, especialmente nos países centrais da Europa e dos Estados Unidos.

129- Há, portanto, uma infinidade de questões próprias do trabalho ou da relação trabalho-vida social que requerem atenção permanente e ações de melhorias dos indicadores, dentro e fora do local do trabalho, espaço onde se materializa os interesses do capital e dos trabalhadores. Dentre as várias demandas, estão:

- a) geração de emprego de qualidade;
- b) erradicação de formas degradantes do trabalho (trabalho infantil e trabalho escravo);
- c) jornada de trabalho decente;
- d) igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho, especialmente para jovens, mulheres, negros, pessoas com deficiência e pessoas em idade madura (equidade);
- e) rendimentos adequados ao trabalho produtivo;
- f) saúde e segurança;
- g) seguridade social;
- h) respeito à organização no local do trabalho;
- i) liberdade sindical;
- j) eliminação das práticas antissindicalistas;
- k) promoção do diálogo social, da negociação coletiva e do tripartismo;
- l) promoção das relações e dos coletivos internacionais do trabalho;
- m) redução da informalidade;
- n) redução dos índices de rotatividade;
- o) combate à terceirização;
- p) promoção das atividades voltadas à economia solidária e ao cooperativismo; e,
- q) defesa pelo desenvolvimento de empresas sustentáveis.

Propostas aprovadas:

130- Com o objetivo de fortalecer a presença do Sindicato nos projetos de promoção do trabalho decente, sejam por definições das lideranças no âmbito dos organismos tripartites da sociedade regional (Consórcio Intermunicipal, Câmara Regional, Agência de Desenvolvimento Econômico e Fórum Social do ABC), ou por deliberações dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, o 7º Congresso decide:

1. **Promover o diálogo social, a negociação permanente e o tripartismo** em todas as esferas de discussão do trabalho visando ao trabalho decente.
2. **Definir as prioridades para o conjunto da categoria e construir uma agenda, que possua interlocução e complemente a agenda regional definida pelas instituições do ABC**, a fim de transformá-las em resultados concretos.
3. **Criar um grupo de acompanhamento das políticas de promoção do trabalho decente** que representem a diversidade dos segmentos produtivos da metalurgia, com o objetivo de se prepararem para representar e defender os interesses do Sindicato nos espaços exclusivos do movimento sindical, do movimento social e/ou popular e nos fóruns de discussão de políticas públicas, visando a melhoria dos indicadores de promoção do trabalho decente, com especial foco nos elementos do direito, da geração de postos de trabalho de qualidade e da proteção social.

III - Política Sindical e Organizativa

1) Negociação Coletiva: da data-base à negociação permanente

131- A ação inovadora do nosso Sindicato no campo da negociação coletiva vem de longa data. Nos anos 1970, no auge do regime repressivo da ditadura militar, nosso Sindicato buscou várias alternativas para romper com o artificialismo da negociação coletiva. A Federação que representava os trabalhadores se encarregava do ritual de encaminhar ao setor patronal a pauta de reivindicações montada pela assessoria, sem passar pela discussão com os sindicatos e com os trabalhadores. O governo determinava o índice oficial de reajuste salarial e, finalmente, eram assinadas as convenções coletivas de trabalho. A negociação coletiva era apenas uma farsa.

132 - Fracassadas as tentativas de diálogo com os empresários e com o governo para reverter esse processo, finalmente, em 1977, o Sindicato desencadeou a campanha pela reposição salarial de 34,1%. A reivindicação baseara-se no fato do governo militar ter manipulado os índices de inflação nos anos 1973 e 1974. A campanha pela reposição marcou a história do sindicato, desencadeando um processo inédito de mobilização dos trabalhadores que passaram a ter uma compreensão crítica das regras impostas pela CLT pra a negociação coletiva e reafirmadas com dureza pelo regime militar.

133- O novo sindicalismo, que surgiu a partir das nossas lutas, metalúrgicos do ABC, no final dos anos 1970, levantou como uma de suas bandeiras o fim do controle do Estado sobre os sindicatos, a autonomia para conduzir a ação sindical, inclusive no campo da negociação coletiva. Ficou claro, porém, que

esta luta deveria ser encaminhada com a luta mais geral contra o regime militar e pela democratização do País. Este foi o sentido político das campanhas salariais dos anos 1980, marcadas por greves de longa duração, pela repressão violenta da ditadura, pelas várias intervenções no nosso Sindicato e pela enorme capacidade e criatividade das lutas dos metalúrgicos do ABC que empolgaram o país. A nova Constituição, aprovada em 1988, no entanto, manteve inalteradas as regras que regulam estrutura sindical e a negociação coletiva.

134- Nos anos 1990, o cenário continuou muito adverso para a ação dos metalúrgicos do ABC. De um lado, vieram as pressões decorrentes da adoção de políticas neoliberais adotadas no governo Collor e intensificadas no governo FHC, com impacto perverso no mundo do trabalho: fechamento de fábricas, reestruturação produtiva, precarização do trabalho, desemprego em alta. De outro, vieram as limitações impostas com as novas regras (proibição de aumento real e de reajustes salariais) que passaram a vigorar com o Plano Real. Além disso, o governo FHC sinalizava claramente para a instituição do salário variável e com o fim da CLT, sob a justificativa da diminuição do custo do trabalho e “conseqüente” geração de empregos que supostamente essas medidas viabilizariam.

135- Nosso Sindicato aproveitou-se do espaço institucional da Câmara Setorial Automotiva para celebrar acordos que, entre outros elementos fundamentais, asseguraram reajustes e aumentos reais de salário, além de estancar a perda de postos de trabalho na região. As campanhas salariais, neste cenário, haviam perdido muito do seu antigo vigor.

136- Os metalúrgicos da CUT levantaram a bandeira do Contrato Coletivo Nacional como forma de manter acesa a chama de resistência dos trabalhadores. Essa demanda foi posteriormente encampada no projeto de reforma sindical e trabalhista discutido nos primeiros anos de governo Lula, na década seguinte (2000). O projeto enfrenta enorme resistência dos empresários e de sua estrutura sindical, assim como de alguns setores do sindicalismo de trabalhadores.

137- No entanto, as campanhas salariais dos metalúrgicos representados pela CUT no Estado de São Paulo ganharam enorme vigor a partir da retomada do crescimento econômico patrocinado pelo governo Lula. A trajetória de aumento real de salários e os avanços nas cláusulas sociais inauguraram uma nova fase da negociação coletiva, desde então. Privilegiou-se a autonomia das partes para resolver os conflitos de interesse e recusou-se o recurso ao dissídio.

138- No entanto, os limites impostos à negociação coletiva pela CLT continuam restringindo enormemente a ação dos sindicatos neste campo. O ritual da

negociação, circunscrito ao período da data-base, cria uma enorme pressão para que uma extensa pauta de reivindicações seja apreciada e negociada em curto espaço de tempo. O resultado concreto acaba sendo, de um lado, o avanço lento das conquistas sociais, por mais expressivas que elas sejam e, de outro, a dificuldade de transformar temas estratégicos, como qualidade do emprego, qualificação profissional, investimentos, em objeto de negociação.

139- Este ritual imposto pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) acaba criando uma cultura perversa no movimento sindical, onde a questão salarial ganha peso significativo. É comum determinados setores aguardarem o resultado da negociação dos metalúrgicos do ABC para definir os parâmetros da sua própria negociação. Qualquer valor a mais no índice de reajuste ou no aumento real de salário acaba sendo motivo de comparação, mesmo que não representem conquistas de fato: é comum empresas que negociam índices maiores de reajustes e/ou de aumento, anularem a “conquista” dos sindicatos através da demissão de trabalhadores que seriam beneficiados e realização de novas contratações pelo piso salarial.

140- As lutas e conquistas dos metalúrgicos do ABC, com o passar dos anos, foram criando uma diferença significativa entre a realidade vivida pela categoria em termos de condições de trabalho e de salário e a realidade dos metalúrgicos de outras regiões de São Paulo e de outros estados do País. As empresas utilizam essa diferença como vantagens competitivas. O Contrato Coletivo de Trabalho Nacional se constitui na melhor alternativa para neutralizar essas diferenças, ao estabelecer patamares salariais e condições de trabalho comuns ao conjunto dos trabalhadores metalúrgicos do país. Bandeira de luta da CNM-CUT, no entanto, o Contrato Coletivo Nacional ainda não foi conquistado. Levando em conta este quadro, nós, metalúrgicos do ABC, consideramos correto e oportuno que as diferenças existentes entre essas realidades comecem a ser diminuídas a partir de uma maior elevação de salários e de uma melhoria mais substantiva de condições de trabalho dos metalúrgicos de outras regiões.

141- Considerando esses dados e o cenário que se apresenta para os próximos anos, com a ameaça do aumento acelerado das importações com o processo acentuado de desindustrialização, com o acirramento da concorrência das empresas em escala regional, nacional e internacional, os sindicatos de metalúrgicos do Estado de São Paulo representados pela FEM-CUT decidiram romper com os limites da negociação coletiva impostos pela CLT e inaugurar um processo de negociação permanente, no qual a pauta será constituída pelos os temas estratégicos relacionados com o futuro do trabalho e da indústria automobilística: investimentos, produtos de maior valor agregado, inovação tecnológica, qualificação profissional, emprego de qualidade, entre outros.

Propostas Aprovadas:

142- Levando em conta o enorme desafio que enfrentaremos para construir essa nova linha de negociação coletiva, o 7º Congresso aprova as seguintes propostas:

- a) Investir na formação de dirigentes e assessores com o objetivo de os qualificar para a condução do processo que substituirá a negociação coletiva restrita ao período da data-base por uma nova linha baseada na negociação permanente.
- b) Investir na pesquisa e na elaboração sobre temas estratégicos (o futuro da indústria e do trabalho no ABC, inovação tecnológica, qualidade de vida no trabalho, responsabilidade sócio-ambiental da empresa, entre outros) com o objetivo de subsidiar mesas permanentes de negociação.
- c) Promover o intercâmbio com metalúrgicos de outras regiões e de outros países, por meio de uma relação de parceria com a FEM e a CNM para aprofundar essa reflexão por meio do conhecimento de outras realidades e da troca de experiências.
- d) Estimular, por meio do Instituto de Relações de Trabalho, a ampliação deste debate para outros setores da sociedade, como as universidades que formam engenheiros, gerentes de RH, jornalistas, cientistas políticos, entre outros profissionais, utilizando para este fim de uma linha própria de publicações focada na análise das mudanças em curso no mundo do trabalho e das tendências das relações do trabalho no ABC.
- e) Aprofundar o debate com a base sobre a necessidade de articulação do processo negocial com a garantia dos investimentos nas plantas da região a longo prazo, em um ambiente de forte competição inter regional e internacional.

2) Organização no Local de Trabalho e Negociação Coletiva

Uma história de mais de 30 anos

143- A primeira comissão de fábrica na base do nosso Sindicato foi conquistada pelos trabalhadores na Ford, em 1981. Era um período em que a repressão, dentro e fora das fábricas, não conseguia mais impedir que as lutas operárias que haviam dado origem ao “novo sindicalismo” continuassem com enorme vigor no ABC, conquistando a opinião pública e alastrando-se pelo País, envolvendo outros setores do movimento sindical, movimentos populares e forças políticas na luta mais geral contra o regime militar.

144 - As experiências organizativas no local de trabalho começaram antes, com a formação de grupos de fábrica e de outros processos informais de organização que alimentavam e coordenavam as lutas de resistência operária no espaço fabril. Essas experiências foram fundamentais para a eclosão da greve na Scania, em 1978, e para as grandes mobilizações e greves que colocaram o ABC no epicentro das lutas pela democratização da sociedade brasileira nos anos oitenta.

145- O ideário do novo sindicalismo, forjado na dinâmica dessas lutas, passou a ter no trabalho organizativo nos locais de trabalho um dos seus principais suportes. A CUT foi criada com base nesse ideário: o direito de organização no local de trabalho; o sindicato organizado pela base, como uma entidade independente do Estado e com autonomia para conduzir as lutas na defesa dos interesses dos trabalhadores; o sindicalismo classista, com enorme capacidade de mobilização e com noção clara de seu papel na transformação da sociedade brasileira.

146- Passadas mais de três décadas, a organização no local de trabalho se consolidou na base do nosso Sindicato. Além das Comissões de Fábrica, foram experimentadas outras formas de representação, como o SUR – Sistema Único de Representação, envolvendo Cipa e Comissão de Fábrica. Hoje, o SMABC conta com 89 Comitês Sindicais de Empresa (CSE), com 271 representantes sindicais eleitos pelos trabalhadores compondo a direção plena do sindicato¹. O CSE tornou-se o alicerce fundamental da representação sindical no local de trabalho e elemento constituinte da nova estrutura do sindicato, baseada na ampliação dos espaços de representação e na democratização do processo de tomada de decisão.

Garantindo na luta a negociação permanente

147- Ao longo das três últimas décadas, os metalúrgicos do ABC tiveram de lidar com diferentes situações históricas que influenciaram a forma como desenvolveram a ação sindical na fábrica e na sociedade. Nos anos 1980, os metalúrgicos se destacaram no cenário político nacional pela tenacidade com que enfrentaram a repressão do Estado, desenvolvendo greves de longa duração e participando ativamente das lutas pela redemocratização do País. As duras condições de trabalho e processos autoritários de gestão radicalizavam os conflitos no espaço fabril, aos quais os trabalhadores respondiam com formas variadas de resistência e de confronto.

148- Na década de 1990, com o País vivendo os primeiros anos de retomada da democracia, os metalúrgicos enfrentaram um cenário muito adverso com a implementação, por parte de sucessivos governos, de políticas neoliberais. O impacto dessas políticas no mundo do trabalho foi devastador, particularmente no ABC: fechamento de fábricas, reestruturação produtiva, desemprego em escala alarmante e precarização do trabalho. Este quadro levou nosso Sindicato a inovar sua intervenção no campo da política e a redirecionar sua ação no interior das fábricas. Da experiência da Câmara Setorial, como dito acima, vieram o aprendizado de novas formas de negociação em um espaço de representação tripartite e o reconhecimento do Sindicato como ator político com capacidade para formular propostas e realizar acordos que, além de preservar os interesses dos metalúrgicos, como o emprego de qualidade, melhorias salariais, apontaram o caminho para a retomada do crescimento da indústria automobilística. Esse processo indicou que a negociação deveria ser o meio para enfrentar as mudanças que estavam sendo operadas no interior das fábricas. Contando com forte representação no local de trabalho, o Sindicato pode transformar as mudanças na organização da produção e do trabalho em objeto de negociação, conseguindo, desta forma, fazer com que os trabalhadores fossem ouvidos e seus interesses respeitados.

149 - Na década seguinte (2000), a partir das empresas onde a representação dos trabalhadores e a organização no local de trabalho se consolidaram, a negociação se transformou num processo permanente. As relações capital-trabalho avançaram para um outro patamar em que as partes, apesar de interesses históricos antagônicos, privilegiam a negociação e o diálogo como forma de solução dos conflitos.

150 - Ao percorrer esta trajetória, nosso Sindicato sempre teve clareza dos objetivos a alcançar na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores: preservação do emprego, trabalho com qualidade de vida, melhores salários, respeito à organização no local de trabalho e aos direitos fundamentais dos trabalhadores, democratização das relações de trabalho. Nunca abriu mão dos

valores e princípios forjados ao longo de sua história e que deram origem ao ideário do novo sindicalismo e da Central Única dos Trabalhadores. O que soube fazer e o que tem feito como ator político é situar-se no seu tempo histórico, em constante transformação, tendo como referência o legado cultural e político que ajudou a construir. Se não esquecermos de onde viemos e como forjamos o presente, não temeremos o futuro.

Novos desafios: construindo o futuro dos metalúrgicos do ABC no local de trabalho

151 -A experiência de organização no local de trabalho, consolidada com a criação dos CSEs, enfrenta desafios concretos para continuar defendendo, com segurança, os interesses dos trabalhadores. A legislação trabalhista, criada nos anos 1940, limita a ação autônoma dos trabalhadores para regular as relações de trabalho, considerando a realidade concreta de cada fábrica. A legislação não reconhece a organização dos trabalhadores no local de trabalho, assim como restringe sua ação como sujeitos na criação de novos direitos.

152 - Diante desse quadro, é possível e necessário buscar inovações. Um passo fundamental para inovar no campo das relações de trabalho é reconhecer que a atual legislação não dá conta de resolver todas as demandas e conflitos, tampouco de superar e atender as expectativas dos trabalhadores e empresas em situações únicas, específicas, para as quais a aplicação do direito no padrão celetista não mais alcança resultados satisfatórios. Outro passo fundamental rumo a essa inovação é o reconhecimento de que a valorização da negociação coletiva, promovida de forma democrática e regular, difunde e estimula práticas sindicais e trabalhistas qualitativamente diferenciadas.

153- Nesse sentido, nosso Sindicato está propondo uma nova lei no campo da negociação coletiva, que criará mais um instrumento normativo: o **Acordo Coletivo de Trabalho Com Propósito Específico**, ou, simplificando, o **Acordo Coletivo Especial**. Essa lei garantirá a um sindicato profissional devidamente habilitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a uma empresa do setor econômico correspondente, estipular, com segurança jurídica, condições específicas de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa e às suas respectivas relações. As duas partes terão, porém, de preencher requisitos qualificativos à negociação criados por essa lei. São eles, por parte do sindicato, representatividade comprovada e, do lado da empresa, reconhecimento da representação sindical no local de trabalho e comprovação da não existência de práticas antissindicais. Esse instrumento dará efetividade aos direitos já previstos em lei, sem, no entanto, se chocar com a legislação existente.

154- O acordo coletivo especial se diferencia dos atuais instrumentos da negociação coletiva previstos na CLT por trazer em sua fórmula a combinação sistêmica de ingredientes que, conjugados e observados certos limites e motivações, dá às partes o poder de dispor sobre a melhor forma de aplicação do direito à determinada realidade, de maneira ágil, socialmente eficaz e juridicamente segura, sem que este processo resulte em qualquer possibilidade de precarização de direitos.

155- A expectativa do nosso Sindicato é que, seguindo os princípios e valores que orientam o sindicalismo cutista e com o cuidado de não precarizar as relações de trabalho, os CSEs possam avançar na formulação e encaminhamento de uma agenda de negociação permanente com as empresas que contemplem temas relacionados ao futuro do trabalho na Região do ABC: responsabilidade sócio-ambiental das empresas; investimentos em tecnologia e em produtos de maior valor agregado; valorização do trabalhador e incentivo à qualificação profissional; investimento em proteção coletiva contra acidentes e na preservação da saúde do trabalhador; promoção de relações de igualdade envolvendo mulheres, negros, jovens e deficientes.

Conheça os instrumentos resultantes da negociação coletiva

A legislação prevê dois instrumentos resultantes da negociação coletiva: a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho. A primeira resulta de negociações entre entidades sindicais de trabalhadores e de empresas, no âmbito das categorias e trata de questões gerais pertinentes às duas partes.

O acordo coletivo de trabalho, tal como previsto na CLT, é resultado de processo negocial entre sindicatos de trabalhadores com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, para estipular condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas empresas. Pela lei vigente, o acordo coletivo é construído por empresa ou empresas, em âmbito mais limitado do que a convenção coletiva e com efeitos somente aplicáveis aos envolvidos.

No caso do **Acordo Coletivo Especial**, proposto, somente um sindicato profissional e uma empresa do correspondente setor econômico poderão celebrá-lo, desde que haja uma motivação específica que atenda a vontade das partes. Aí começam as diferenças: sindicatos de categorias profissionais não poderão celebrar acordos coletivos especiais com sindicatos de categorias econômicas, tampouco poderão incluir na negociação para este fim mais de uma empresa. Isso porque o propósito do acordo está ligado às condições específicas da empresa e não às relações de trabalho de um setor econômico. Portanto, somente as demandas que não comportam solução por meio da aplicação da regra geral podem ser submetidas à negociação para celebração do **Acordo Coletivo Especial**.

156- Levando em conta o quadro descrito acima, o 7º Congresso aprova as seguintes iniciativas:

- a) Que nosso Sindicato desenvolva sua política organizativa e sindical focada no fortalecimento da representação no local de trabalho, disponibilizando recursos materiais e humanos para que os membros dos CSEs tenham acesso às informações e à formação necessárias ao seu desempenho como representantes dos trabalhadores nas fábricas.
- b) Que a ação dos membros do CSE tenha como alicerce o trabalho de base, focado no planejamento, no levantamento das condições de produção e de trabalho, no encaminhamento das demandas dos trabalhadores, na ação preventiva contra acidentes e de preservação da saúde dos trabalhadores, estabelecendo linhas de trabalho articuladas com a Cipa e o SUR.
- c) Que a ação do CSE se desenvolva de forma articulada com as Comissões de Cidadania fazendo a ponte entre os problemas concretos que jovens, mulheres, negros e pessoas com deficiência enfrentam no trabalho com a ação mais geral promovida pelas Comissões no Sindicato e na sociedade.
- d) Que nossa política organizativa e sindical promova a formação de novos dirigentes tendo como base sua experiência anterior como militantes e como cipeiros.
- e) Que o CSE aprofunde o processo de negociação permanente com a empresa, estabelecendo como objeto de negociação as demandas concretas dos trabalhadores, como melhores condições de trabalho e melhores salários, assim como temas relacionados ao futuro da empresa e do trabalho, ao trabalho de qualidade e à qualificação profissional.
- f) Que o sindicato promova iniciativas voltadas para a troca de experiências e debate de temas estratégicos entre CSEs do mesmo grupo negocial e CSEs da mesma região e outras regiões da mesma base da FEM, estimulando, nesse sentido, a criação de fóruns coletivos.
- g) Que o sindicato continue a luta para garantir aos prestadores de serviços no mínimo 40% da PLR negociada na empresa contratante em toda a categoria metalúrgica do ABC, como já existe em algumas empresas da nossa categoria

3) Formação Sindical

Histórico

157- O nosso Sindicato tem uma tradição de formação sindical de mais de 30 anos. Talvez seja um dos poucos com uma trajetória tão longa e com investimentos tão significativos nessa área. Em 2002, foi publicada uma revista especial – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: vinte anos de formação sindical – na qual o balanço da experiência dos anos anteriores foi a referência para apresentar o projeto de formação, aprovado no 3º Congresso. Inaugurava-se um novo ciclo, com objetivos estratégicos mais claros em relação à formação de dirigentes, ao foco na sua qualificação para a ação na fábrica e na sociedade, assim como reafirmava-se a necessidade de percursos formativos de longa duração para que o processo formativo atingisse os objetivos esperados.

158- Outras iniciativas foram fundamentais para que a experiência tivesse êxito: o investimento na formação de um grupo de dirigentes para participarem ativamente na construção e no desenvolvimento do projeto como dirigentes-educadores; a constituição do Coletivo de Formação, onde dirigentes e formadores fizeram o acompanhamento e a avaliação da experiência; o envolvimento de diferentes Departamentos do Sindicato no desenvolvimento de atividades formativas; a construção de um local próprio para realizar as atividades, o Centro de Formação Celso Daniel. Por último, mas não menos importante, reafirmou-se a concepção de formação que vinha sendo adotada de longa data, baseada na troca de saberes entre educadores e educandos; na síntese de conhecimentos vindos da experiência e da academia; na construção de conhecimento crítico voltado para a transformação da realidade no espaço fabril e na sociedade; na não separação entre formação técnica, política e humanista; na construção coletiva do conhecimento; enfim, uma concepção de educação voltada para a formação plena de trabalhadores e dirigentes como sujeitos do seu tempo histórico. Estavam dados os principais elementos da nova política de formação do nosso Sindicato.

159- Passados 10 anos, a formação consolidou-se e tornou-se parte fundamental do nosso projeto sindical, o dos metalúrgicos do ABC. Na primeira fase de implementação do projeto, o objetivo era formar cerca de 250 dirigentes, principalmente os membros dos CSEs. A maioria daqueles que atualmente ocupam funções de destaque no Sindicato passou pelos cursos oferecidos pelo Departamento de Formação. Nos anos seguintes, o número de dirigentes, militantes e trabalhadores atingidos pela formação cresceu significativamente, chegando à média de 1.800 pessoas por ano.

160- Iniciativas importantes foram desenvolvidas recentemente, como o programa Trabalho e Cidadania, que faz a formação de um dia no Sindicato para trabalhadores liberados pelas fábricas. Nosso Sindicato vem investindo também na formação de seus funcionários, assim como tem conseguido proporcionar a parte dos dirigentes o acesso à formação de nível superior, através de convênios com a UFABC e a UNICAMP.

161- Em síntese, têm sido muitas as realizações no campo da formação sindical nos últimos 10 anos. Os eixos estruturantes da política de formação são sólidos, devem permanecer e ser aprimorados: a concepção integral e libertadora de educação; a formação voltada para ação transformadora na fábrica e na sociedade; a integração com os demais Departamentos do Sindicato; a participação decisiva de dirigentes na construção do projeto; o processo transparente de gestão.

162- O novo cenário que se desenha no horizonte e as ações estratégicas que o nosso Sindicato está formulando para assegurar o futuro dos metalúrgicos do ABC indicam, no entanto, a necessidade de focos mais precisos na formação de dirigentes, de ampliar o investimento no programa Trabalho e Cidadania, de investir na formação profissional dos metalúrgicos, de ampliar as possibilidades de acesso dos dirigentes à educação de nível superior e de investir igualmente em pesquisa e divulgação sobre o futuro do trabalho na região. Trata-se de adequar o projeto de formação às demandas do atual momento histórico. **A formação** sindical deve ser considerada a pedra angular sobre a qual se assentam os princípios e objetivos da militância sindical. Deve envolver um vasto e rigoroso processo de formação, articulado com as organizações nacionais e estaduais do campo da CUT e ter como objetivos estratégicos contribuir para que a classe trabalhadora dispute a hegemonia com o modelo neoliberal e fortalecer a organização sindical.

Propostas aprovadas:

163- Considerando o quadro esboçado acima, com base na nossa concepção de percursos formativos de longa duração, na concepção integral e libertadora de educação, na formação voltada para ação transformadora na fábrica e na sociedade, voltada às necessidades específicas de cada público, sem que isso signifique uma hierarquização de saberes , o 7º Congresso decide:

a) Formação voltada para a realidade que o CSE enfrenta na fábrica: Tendo como objetivo estratégico consolidar a representação e a organização por local de trabalho, um dos eixos de formação dos dirigentes deverá ser a realidade das fábricas de cada regional ou montadora, buscando contemplar as necessidades através de atividades articuladas de forma que constituam um

processo formativo a ser realizado no decorrer do mandato 2011-2014. O foco da formação devem ser as demandas concretas colocadas pelos dirigentes, a partir dos desafios concretos enfrentados na fábrica. Temas que eventualmente surjam a partir dessas demandas, (como saúde do trabalhador, trabalho de base, relação CSE-Cipa, negociação com a empresa, “matemática sindical”, direitos trabalhistas, planejamento ou outros), deverão ser abordados em estreita relação com a ação sindical desenvolvida pelos membros do CSE. Essa formação deverá fomentar a troca de experiência entre os CSEs, assim como deverá acompanhar as iniciativas de integração dos CSEs que estiverem sendo encaminhadas pela coordenação das sedes-regionais e montadoras. As atividades de formação deverão ser desenvolvidas com estreita cooperação entre os Departamentos do Sindicato, coordenados pela Secretaria de Organização. Devem promover ainda a mediação da ação das Comissões de Cidadania com a realidade concreta das fábricas.

b) Formação em temas estratégicos. Os desafios colocados para a categoria em relação ao futuro do trabalho na Região exigirão dos dirigentes do SMABC uma visão abrangente de questões estratégicas como política industrial, competitividade das empresas, inovação tecnológica, qualificação profissional, novos rumos da negociação coletiva no ABC, desenvolvimento regional, políticas públicas, globalização, ação sindical no âmbito internacional, entre outros temas. Estas questões deverão ser transformadas em objeto da formação dos dirigentes. As atividades – seminários, oficinas, cursos – deverão ser desenvolvidas pelo Departamento de Formação, com a colaboração dos demais Departamentos do Sindicato. Deverão ser estimulados a parceria com universidades e os intercâmbios nacional e internacional com os sindicatos de metalúrgicos. As atividades do Coletivo de Relações Internacionais deverão ser retomadas e inseridas nesse processo. Como uma das formas de ampliar esse debate junto à categoria, estes temas deverão ser incorporados nas atividades formativas realizadas diretamente com a base, em especial nos programas ‘Trabalho e Cidadania’ e ‘Sindicato e Cidadania’, também ampliando para os militantes alguns cursos que a princípio tem como público alvo apenas dirigentes mas que às vezes se encontra no perfil do militante que apóia a ação sindical

c) Formação de nível superior. Dentro do possível, aos dirigentes poderão ser oferecidas oportunidades de acesso ao ensino superior em áreas do conhecimento e em percursos formativos que assegurem a abordagem de conteúdos com um grau de aprofundamento e de complexidade próprio do ensino universitário. Neste sentido, deverão ser mantidas e ampliadas as relações de cooperação com universidades (UFABC, UNICAMP, outras) e a parceria com FEM-CNM e CUT, também ampliando para os militantes alguns cursos que a princípio tem como público alvo apenas dirigentes mas que às vezes se encontra no perfil do militante que apóia a ação sindical)

d) Considerando o que o SMABC representa no ramo metalúrgico não só no estado de SP mas em todo o país, e que notadamente vem praticando, a abertura de suas portas para outros sindicatos parceiros, este congresso entende a necessidade de reafirmar junto aos trabalhadores que em suas atividades e seus cursos promovidos pelo Depto de Formação e outros, e sempre que possível, venha a oferecer oportunidades aos companheiros e companheiras de outros sindicatos cutistas do ramo metalúrgico, para que possam participar e levar nosso modelo de formação a outras regiões de nosso país.

e) Considerando a importância da ampliação do número de militantes que apóia a ação sindical nas fábricas, o Departamento deverá manter e ampliar as atividades focadas neste público, assegurando-lhes o acesso a valores, princípios e ao conhecimento crítico indispensáveis à sua prática militante.

f) Trabalho e Cidadania. Um dos feitos mais notáveis do nosso Sindicato no campo da formação nos últimos anos foi a celebração de acordos coletivos com as empresas visando a liberação de trabalhadores para fazer formação no Sindicato. A iniciativa deu origem a uma atividade inédita no Brasil, o Programa Trabalho e Cidadania, que atingiu, no seu primeiro ano de experiência, cerca de 1.000 trabalhadores. Em setembro, teve início a segunda etapa do programa, voltada para trabalhadores que estiveram presentes na primeira fase. Considerando o significado desta iniciativa para o futuro das relações de trabalho e para o futuro do próprio Sindicato, deverão ser feitas iniciativas no sentido de: a) ampliar o número de acordos com as empresas para liberar trabalhadores para o Programa; b) preparar um número maior de dirigentes e formadores para desenvolver as atividades crescentes de formação; c) investir na adaptação de espaço no Clube de Campo para abrigar as atividades do programa, a ser utilizada também como um espaço cultural através da realização de amostras, exposições e atividades culturais e artísticas; d) por se tratar de um programa de formação e qualificação baseado nas Relações de Trabalho, com potencial e atender cerca de 200 trabalhadores por dia, os recursos necessários, principalmente os humanos, serão grandes e de custo elevado. Para tanto, o SMABC deverá buscar formas de financiamento específicas. e) ampliar o curso Trabalho e Cidadania para os jovens aprendizes das unidades do SENAI vinculadas a empresas, negociando com as empresas o direito de um dia por ano para fazer o curso ou incluir um dia de curso Trabalho e Cidadania no momento de integração, resguardada a necessidade de autorização familiar aos jovens menores de idade f) após a conclusão do atual programa de formação dos funcionários do sindicato, o sindicato estenderá o curso Trabalho e Cidadania para o conjunto dos funcionários do sindicato, incluindo os trabalhadores da limpeza, da portaria, do jurídico, etc.

g) **Outros programas.** O sindicato deverá manter e diversificar outros programas voltados para a formação de trabalhadores: Formação de funcionários, para trabalhadores do próprio sindicato; Sindicato e Cidadania, voltado para os participantes dos cursos de qualificação profissional desenvolvidos em parceria com o Senai e para integrantes do curso de pré-vestibular realizado pela Educafro; Resgate da Cidadania, destinado a chefes de família em situação de risco social que recebem assistência do Sindicato.

h) **Qualificação profissional para jovens nas empresas:** com o avanço tecnológico, os jovens aprendizes necessitam de oportunidades no mercado de trabalho. Devido à concorrência acirrada, muitos jovens entre 16 e 18 anos não conseguem concluir o ensino médio e entram no mercado informal de trabalho para ajudar a sustentar a família. Defendemos, neste sentido, lutar para que empresas desenvolvam um programa focado na qualificação e inclusão e jovens em situação de risco social.

Novos projetos

164- Ensino Profissional. No cenário que delineia para o futuro do trabalho no ABC, a formação profissional dos metalúrgicos assume uma importância estratégica. Uma reivindicação antiga da categoria e um sonho da direção, próximo a se tornar realidade, o projeto do Ensino Profissional vem despertando grande interesse também entre as entidades que o Sindicato tem procurado para discutir a ideia e construir parcerias. Alguns passos já foram dados nessa direção: o Sindicato já designou uma equipe de assessores para elaborar o projeto educacional, debater com entidades parceiras e levantar as possibilidades de sua viabilidade institucional e financeira.

165- Instituto de Relações do Trabalho – IRT. O conhecimento do que poderá vir a ser o futuro da indústria e do trabalho na região do ABC tornou-se vital para nosso Sindicato. Para produzir essas informações e, de posse delas, projetar sua ação estratégica, o Sindicato deverá criar o Instituto de Relações do Trabalho. A iniciativa deverá contar com a participação de pesquisadores de renome e promover a parceria com universidades comprometidas com o ensino e a pesquisa sobre o mundo do trabalho. Pretendemos criar, assim, um caminho de mão dupla: trazer o conhecimento científico para subsidiar a ação sindical e levar a visão do Sindicato sobre o que acontece no mundo do trabalho para os programas de formação acadêmica.

166- Formação de Formadores. Uma das características que distingue a experiência de formação sindical no ABC é o fato de contar com a participação de dirigentes na formulação e gestão da política de formação da entidade,

assim como na realização de atividades formativas, como o curso Sindicato e Cidadania.

167- Coletivo de Formação: considerando a importância de seu papel na gestão da política de formação do Sindicato, pretendemos fortalecer esse coletivo de maneira firme e sistemática.

168 - Educação Pública: a educação pública de qualidade precisa, para ter assegurada sua sustentação e desenvolvimento, que o Governo Dilma e os governos estaduais e municipais devem aumentar o financiamento do ensino público. Defendemos, neste sentido, que 10% do PIB seja destinado para a educação pública. O financiamento público deve contemplar também a escola de formação profissional pública.

169 - Sobre o Plano Nacional de Educação- Lei 8035/2010 e a educação de pessoas com deficiência e educação inclusiva, o sindicato deve usar seus instrumentos de divulgação para o aprofundamento da questão da educação das pessoas com deficiência no âmbito do PNE, tendo em vista as necessidades desse segmento da população brasileira.

IV - Política de Comunicação

170- O histórico quadro da enorme concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil ainda perdura. Cerca de 10 grupos, na maioria familiares, detêm algo em torno de 75% dos jornais, rádios e televisões no País. E de forma cruzada, ou seja, os mesmos grupos detêm simultaneamente os diferentes meios. Isto sempre se traduziu em grande poder capaz de influenciar comportamento, valores e posicionamento político.

171- A eleição de Lula em 2002, sua reeleição em 2006 e a eleição de Dilma em 2010, além de todo simbolismo histórico, revela um processo crescente de descolamento da verdadeira opinião pública em relação ao direcionamento da grande mídia, justamente no período em que esta radicaliza sua partidarização à direita.

172- Apesar de tímidas, o governo federal tem tomado algumas iniciativas no sentido de promover a democratização e a regulação do setor, como consolidado pela Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) em Dez/2009. Obviamente, tais iniciativas sofrem pesado cerco da grande mídia.

173- O movimento sindical e os movimentos sociais em geral sempre foram tratados de forma distorcida e preconceituosa pela grande mídia. Nossas ações, quando noticiadas, invariavelmente são tratadas como “baderna”,

“tumulto”, “de minoria”, “para aumentar o custo”, “de privilegiados”, etc. Por isso, nosso Sindicato há muito tempo percebeu o papel estratégico da Comunicação e em sucessivos congressos adotou resoluções reafirmando o necessário investimento na área, inclusive a disputa de outorgas de radiodifusão. Desde o final de 2009, o sindicato decidiu criar uma Diretoria de Comunicação, para coordenar de forma específica as ações na área.

174- Ao longo do tempo construímos diversos canais de comunicação com a base e com a sociedade, que vem ocupando espaços de forma crescente:

- **Trabalho de base, assembléias, formação, etc.:** contato direto;
- **Tribuna Metalúrgica:** há 40 anos; único jornal sindical diário do mundo; tiragem 40 a 60 mil/dia;
- **Boletins** de CSEs (eventuais);
- **Gráfica SIMETAL** tecnologicamente atualizada;
- **Portal smabc:** reformulado em Jul/2010 (2000 acessos/dia);
- **Correio Diário da Tribuna Metalúrgica** (newsletter) p/ 2000 emails;
- **Assessoria de Imprensa:** Sindicato na Mídia externa;
- **Portal ABC de Luta:** recentemente remodelado e em processo de digitalização do acervo fotográfico;
- **TVT:** inicialmente produtora de vídeos e emissora desde Ago/2010 em radiodifusão UHF e na Web (2000 acessos/dia);
- **Parcerias como o ABCD Maior,** há 5 anos; tiragem 35 mil; bi-semanal; como o **Portal ABCD Maior** com 4500 acessos/dia e como a **Revista INOVA:** nicho editorial a partir do tema da inovação;
- **Mídias Sociais** do Sindicato e TVT (Twitter, Facebook, YouTube, etc.)
- **Revista do Brasil / Rede Brasil Atual / Rádio Brasil Atual:** parceria com grupo de Sindicatos;
- **Pauta Colaborativa:** plataforma web para intercâmbio e integração de pautas entre os diferentes veículos;
- Concessões de **Rádio e TV;**
- Apoio do Sindicato à construção das **Rádios Comunitárias de SBC**

175- Com a convergência tecnológica dos aparelhos (PC, TV, Rádio, Celular, Tablet, Câmeras, GPS, etc.) e a crescente difusão internet e com tendência a ser a plataforma dominante, abre-se a possibilidade de transmissão de informação, imagens, áudio, dados, etc. de forma interativa, a um custo muito inferior ao da radiodifusão convencional e da mídia impressa.

176- Portanto, é imperativo a aceleração do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) para garantir a universalização do acesso à informação, conhecimento, cultura, lazer e entretenimento. A aprovação da nova legislação de TV por assinatura também abre caminho para maior oferta do serviço a menor preço, com cotas obrigatórias de produção nacional.

177- Muito avançamos em nosso Projeto de Comunicação, e temos a clareza de que é preciso seguir consolidando-o, com o aprofundamento dos conceitos que empreendemos da democratização, da inclusão, e da construção compartilhada de conteúdos com as estruturas verticais e horizontais da CUT e com o conjunto dos movimentos sociais. Tudo isso garantindo os meios de sustentação política e econômica para amenizar os altos investimentos que a categoria realiza.

178- Propostas aprovadas:

- a) Propor aos parceiros novo formato e projeto gráfico do ABCD Maior, o aumento de sua periodicidade e tiragem, bem como compartilhar sua distribuição com a Tribuna Metalúrgica
- b) Implantar nossas rádios educativas de S. Vicente e Mogi das Cruzes, visando trazer o sinal para o conjunto da Grande SP e Vale do Paraíba;
- c) Colocar no ar nossa geradora de TV educativa de S. Caetano do Sul com cota deslocada p/ espigão da Av. Paulista;
- d) Definição de modelo de compartilhamento das Retransmissoras (RTVs);
- e) Implantação de Plano Corporativo de telefonia móvel p/ os sócios e familiares, que garanta menores preços, aparelhos grátis, acesso a internet 3G e Wi-Fi, comunicação gratuita entre usuários por voz, texto e multimídia;
- f) Implantação de aplicativos dos nossos veículos de comunicação para agilizar acesso em PCs e tecnologias móveis (celulares e tablets);
- g) Ampliar os canais de distribuição dos nossos conteúdos, sejam próprios ou parcerias com meios de comunicação no estado de São Paulo.
- h) ampliar os canais de comunicação com a juventude, principalmente através do fortalecimento da articulação com as redes sociais e o movimento de Cultura Digital.
- i) buscar promover nos canais de comunicação próprios e dos parceiros os conteúdos que valorizem a difusão de uma cultura própria da classe trabalhadora nas diferentes linguagens culturais: música, literatura, teatro, artes plásticas, cinema, entre outras.
- j) buscar ampliar a distribuição da Revista do Brasil através de parcerias e divulgação específica, colocando-a à disposição dos movimentos sociais, associações de bairro e outras entidades que se cadastrarem junto ao Sindicato .
- k) buscar apoio para encontro anual de trabalhadores nos veículos de comunicação SMABC e parceiros, visando o intercâmbio de informações, idéias, fortalecendo a política de relacionamento entre os meios.

179- A comunicação é um fator estratégico e precisa estar articulada com a formação sindical e política para apoiar a representação sindical , a organização nos locais de trabalho e a negociação coletiva. Além disso, pelo histórico protagonismo do nosso Sindicato no cenário nacional e internacional, temos um relevante papel na comunicação com o conjunto da sociedade para que as redes virtuais se materializem na união real da classe e na construção coletiva da hegemonia na sociedade.

180- **Assim sendo, devemos também** articular com a CUT a possibilidade de uma Marcha em BSB pela democratização meios de comunicação

V - Políticas de Promoção da Cidadania

1) Mulheres Trabalhadoras

181- Analisando-se o perfil do emprego da mulher metalúrgica na nossa base, estudo da subsecção do DIEESE do nosso Sindicato aponta que as mulheres metalúrgicas são 14 % da base e ganham em média cerca de 33% menos do que os homens metalúrgicos, apesar de terem mais escolaridade: 68% cursam ou concluíram ensino superior e 17% tem ensino médio completo. Isto ocorre porque as metalúrgicas, em geral, ocupam postos de trabalho que exigem menos qualificação profissional, ocupam menos postos de supervisão, encarregadas, dentre outras razões. Além disso, as metalúrgicas têm necessidades e demandas específicas com relação à saúde, creches, licença maternidade, etc.

182- Com base nesse retrato, nosso Sindicato realizou em 2010 o II Congresso da Mulher Metalúrgica, 32 anos após o primeiro Congresso (1978), e em 2011, o Encontro Anual da Mulher Metalúrgica, para debater essas questões e definir propostas e ações tendo em vista a valorização da mulher metalúrgica no ABC.

183- Muitas dessas ações já estão sendo implementadas, como por exemplo a ampliação da Licença Maternidade de 180 dias em todas as empresas da base na campanha salarial, flexibilização do horário de funcionamento das creches à luz das necessidades da mulher metalúrgica, aumento ampliação da oferta de formação sindical para as metalúrgicas. Mas muito ainda temos que avançar, para isso, o 7º Congresso aprova:

184- Lutar para ampliar a oferta de **qualificação profissional** para mulheres em todas as áreas , já que esta é uma das principais desculpas para não contratação de mulheres, negociando o financiamento total ou parcial da

qualificação ou da escolarização das trabalhadoras e que sejam feitas pelas empresas;

185- Lutar para desenvolver política para que as **contratações garantam cota de 30%** de mulheres e combater as discriminações na hora da contratação e exigir um percentual de mulheres em todas as áreas/setores/funções (CNC, ferramentaria, elétrica, etc)

186- Lutar por **Planos de carreiras** que prevejam a ascensão de mulheres nos postos de supervisão/ encarregadas.

187- Continuar a luta **pela Licença Maternidade de 180 dias** nas campanhas salariais em todos os grupos, através da expansão do Programa Empresa Cidadã, bem como realizar abaixo assinado pela aprovação da PEC 515/2010, em tramitação na Câmara Federal, para transformar em lei a ampliação da licença maternidade para 180 dias.

188- Lutar para garantir que os **Atestados médicos de filhos** sejam válidos para abonar falta/horas de ausência, bem como os atestados para reuniões escolares de filhos.

189- Lutar para garantia de **creches** , identificando as empresas que não respeitam esse direito constitucional da criança para que possamos desenvolver ações no sentido de pressioná-las a negociar com o sindicato (comissão de mulheres) a garantia desse direito e lutar pela **flexibilidade de horários de funcionamento nas creches públicas e conveniadas**, à luz das necessidades das mulheres trabalhadoras.

190- Debater junto à categoria e à sociedade o tema da **Responsabilidade Familiar** e do acompanhamento dos responsáveis legais nas demandas de saúde e educação dos filhos, inclusive através dos meios de comunicação do nosso Sindicato, em busca da responsabilidade compartilhada.

191- Combater o preconceito e a dupla discriminação que sofrem as mulheres negras em nossa sociedade e no mercado de trabalho: dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego, do DIEESE) mostram que a inserção das mulheres negras é duplamente desvantajosa em relação a outros grupos populacionais, colocando as afrodescendentes na pior situação salarial, de qualidade do emprego, de ascensão profissional.

192- Considerando as especificidades de nossa categoria, em cuja base há cerca de 14% de mulheres, nosso sindicato sempre tem seguido as orientações da nossa central sindical, a CUT, e, no que tange a busca pela igualdade da participação das mulheres em todas as instâncias de poder, vem

garantindo um aumento progressivo da participação das mulheres na direção. Neste sentido, a direção do nosso Sindicato continuará empreendendo todos os esforços garantindo a inclusão das mulheres em todas as mesas de discussões, respeitando a deliberação da 13a. Plenária Nacional da CUT de promover o debate para garantir a paridade entre homens e mulheres, tanto nos debates específicos, como nas campanhas salariais, congressos da categoria, quanto nas atividades permanentes de nossa casa. Enfim, defendemos salário igual para trabalho igual, lutamos contra a discriminação de gênero e raça e de toda forma de opressão e discriminação racial, sexista (entre homens e mulheres) e homofóbica (contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros).

193- Devemos ainda intensificar a mobilização pela ampliação dos acordos do programa Trabalho e Cidadania especialmente nas empresas onde trabalham um maior número de mulheres, visto que as condições em que o curso é desenvolvido, garantindo a participação dos/as trabalhadores/as, uma vez ao ano, durante a jornada de trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, responde a uma demanda de formação já apresentada pelas metalúrgicas de nossa categoria em seu II Congresso, como no Encontro realizado em Maio de 2011” .

2) Juventude Metalúrgica

194- Segundo pesquisa do Dieese ,somos quase 37 mil jovens até 30 anos de idade na base do nosso Sindicato, mais de 83% de homens. A maioria dos (as) jovens trabalha em São Bernardo (59,6%), em empresas que têm acima de 1.000 trabalhadores (30%), e na produção (57%)

195- Os números do Dieese evidenciam o nosso tamanho e também a importância de elaborar e executar ações e propostas específicas para os jovens da categoria.

196- Porque a juventude é transversal, transitória e urgente, assim como as necessidades dos (as) jovens metalúrgicos (as). Tudo de que necessitamos exige urgência, porque deixamos logo de pertencer à faixa-etária definida como jovem (15 a 29 anos, segundo a Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010), o que também explica a transitoriedade. E transversal porque a maior parte das lutas da Comissão de Juventude, como qualificação profissional, plano de carreiras, melhores condições de trabalho, perpassa as demais comissões e é importante a toda a categoria e base.

197- Porém, são os trabalhadores jovens os mais afetados pelos principais problemas enfrentados pela classe trabalhadora como um todo. Por falta de qualificação e experiência, o jovem sofre mais com a informalidade, o trabalho precário, a rotatividade e o desemprego. Como agravante, o jovem tem dificuldade em conciliar trabalho e estudo. e a trajetória profissional acaba marcada pela inserção de forma precarizada no mundo do trabalho.

198- Pesquisa nacional divulgada este ano (<http://osonhobrasileiro.com.br/>) revela que o principal sonho de 55% dos jovens brasileiros é formação profissional e carteira de trabalho assinada. Casa, carro, dinheiro vêm depois. Outras pesquisas de emprego e desemprego) infelizmente, também revelam que a taxa de desocupação do jovem é, em média, o dobro da média nacional e 3,5 vezes maior que entre os adultos.

199- A contradição é clara: mesmo em um momento de quase pleno emprego no Brasil, onde “sobram vagas”, não há profissionais qualificados para preenchê-las. A maior barreira para os jovens segue sendo justamente a falta de preparo e qualificação. E sem emprego o jovem não consegue estudar nem se qualificar para o mercado de trabalho.

200- Os jovens enfrentam um mundo do trabalho em mutação e, mesmo diante de um contexto de aumento da atividade econômica e das oportunidades de emprego, recai sobre a juventude o maior peso do desemprego e do trabalho precários.

201 - Diante desse diagnóstico forjado pelos números e pesquisas, sabemos que nosso principal - mas não único - desafio está na formação e qualificação profissional. O jovem de hoje é o trabalhador adulto de amanhã. E sem qualificação o trabalhador de amanhã viverá um futuro incerto ou nenhum futuro.

202- Pela sua história de luta, nosso Sindicato é uma das principais referências da classe trabalhadora brasileira. Por essa razão e pelo cenário internacional de profunda crise econômica, é importante que o sindicato se debruce no estudo e debate desse cenário difícil, de uma forma que os jovens entendam. Principalmente porque os efeitos dessa crise, que são as demissões e a precarização do trabalho, atingem primeiramente a juventude pelos motivos já expressos acima. É preciso que, como vem acontecendo em todo o mundo, a JMETAL se prepare para lutar para que a classe trabalhadora não pague pela crise dos capitalistas

203- Aproximadamente 40% dos participantes do programa Trabalho e Cidadania são jovens de até 30 anos que, assim como a maioria, afirmam ser

essa a primeira oportunidade de participarem de uma atividade dentro do sindicato, participação essa viabilizada pelo fato dela estar sendo realizada em horário de trabalho e com o dia pago. Após um dia de reflexão sobre o papel dos sindicatos e as formas de participação que o nosso, especificamente, propicia, através das Comissões de Cidadania, por exemplo, a visão com que saem é extremamente positiva e afirmam estar conscientes de que a história daqui pra frente depende deles. A qualidade da participação, principalmente nas intervenções e o conhecimento de boa parte da história desmistifica a figura do jovem alienado e demonstra, sim, uma grande vontade de participação futura.

204 – Propostas aprovadas:

- a)** Lutar para trazer para o ABC escola técnica federal;
- b)** Qualificação profissional – incentivar a participação massiva dos trabalhadores (as) jovens nos projetos de qualificação profissional e capacitação técnica do projeto de Formação Profissional do nosso Sindicato.
- c)** Realização de campanha junto às empresas para garantir subvenção a cursos técnicos e universitários para trabalhadores (as); inclusive nas áreas de exatas e humanas.
- d)** realizar curso de formação e cidadania específico para os/as trabalhadores/as jovens.
- e)** intensificar a construção de acordos com as empresas para a participação no Programa Trabalho e Cidadania, buscando estabelecer junto às respectivas representações internas (CSE) cota de participação dos jovens.
- f)** elaborar política de contato permanente com os jovens que participarem dos cursos do Programa Trabalho e Cidadania, utilizando para isso o Banco de Dados e a pesquisa que está sendo realizada com os participantes
- g)** Ampliação das oficinas de inovação tecnológica.
- h)** Realização de eventos, projetos e mobilizações com o objetivo de formular propostas específicas em benefício dos (as) estagiários (as)
- i)** Lutar para que as empresas da base criem planos de carreira e também através de outros mecanismos negociados que dêem preferência a ascensão profissional dos trabalhadores na empresa.
- j)** Realização de debates e reflexões com diferentes atores da sociedade sobre a juventude e os temas da Educação, Saúde, Violência,

Prevenção às Drogas, Valorização do SUS, Meio Ambiente , Mercado de Trabalho.

- k) Estreitar parcerias com Universidades com o objetivo de desenvolver cursos voltados ao perfil dos jovens;
- l) Atuar nos Fóruns do Trabalho Decente garantindo assim o cumprimento das metas da OIT para a juventude de forma permanente;
- m) Realização da 3ª. Edição do Campeonato de Videogame no âmbito das ações de Cultura do Sindicato, sob a responsabilidade do Coletivo de Juventude.
- n) Elaborar projeto de interlocução entre o Sindicato e jovens aprendizes do Senai, com o objetivo de integrá-los às ações e atividades do Coletivo de Juventude, para que tenham contato com a ação sindical, além de apresentar um espaço de participação e exercício da cidadania.
- o) Buscar instâncias de trabalhadores em países em desenvolvimento para a realização de intercâmbios com o objetivo de levar projetos e experiências da Comissão de Juventude do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.
- p) Promover o fortalecimento dos Coletivos de Juventude da FEM, CNM e CUT;
- q) Realizar turmas específicas de jovens nos cursos de formação e cidadania
- r) Buscar parcerias para realizar pesquisa específica e detalhada sobre a juventude metalúrgica na base do ABC, utilizando ainda as diversas bases de dados que já existem.

3) Igualdade Racial

“A luta é minha vida”, Nelson Mandela

205- A luta da Comissão de Igualdade Racial do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC passa pela compreensão da luta de classes e de que, na classe trabalhadora, existem grupos com reivindicações e necessidades específicas. Constituída em 1987, a Comissão tem convicção política de que a consolidação do nosso Projeto de Promoção da Igualdade Racial é democrático e está inserido num contexto nacional, por isso só se dará com o enfrentamento firme das práticas racistas e discriminatórias, a adoção de políticas de reparação (públicas) e de promoção da igualdade racial na ação em cada local de trabalho junto aos empregadores.

206- Reconhecemos que o Brasil está mudando para melhor, com desenvolvimento econômico e com inclusão social, desde 2003, quando pela primeira vez um operário assumiu a Presidência da República, e que essa mudança se reflete na luta pela Igualdade Racial. Mas ainda há muito a lutar

pela manutenção das conquistas e avanços, principalmente no mundo do trabalho.

207- Bastam alguns números para comprovar que a discriminação racial ainda é um desafio a ser vencido. Embora negros e pardos sejam mais da metade dos 190 milhões de brasileiros (IBGE-2010), as pesquisas comprovam que o preconceito e a discriminação reduzem as oportunidades nas escolas, nas universidades, no mercado de trabalho e na sociedade. Com destaque para o fato de que, no Brasil, a cada três assassinatos dois são de negros (Mapa da Violência 2011).

208- A maior parte dos 4,8 milhões de pessoas que vivem em extrema miséria no Brasil é de negros e crianças de até 14 anos. Em 2009, 62,6% dos estudantes brancos entre 18 e 24 anos estavam na universidade, contra apenas 28,2% dos negros e 31,8% dos pardos.

209- Apesar de os negros representarem 46% do PEA (População Economicamente Ativa), quando conseguem emprego recebem salário abaixo da média se comparado ao do trabalhador branco, embora tenham **o mesmo** nível de escolaridade (Comissão de Direitos Humanos).

210- "Discriminação Racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública". É o que diz a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Normas de Discriminação Racial das Nações Unidas, aprovada pelo Brasil, A nossa Constituição Federal em seu artigo 3º, a Lei 7.716 (conhecida como Lei Caó) e a Lei 9029 proíbem e criminalizam a discriminação no acesso ao emprego. Cabe ao nosso Sindicato, cuja história e luta são reconhecidas internacionalmente, agir para que as leis acima sejam realidade nos locais de trabalho e onde mais existir discriminação racial.

211 - Propostas aprovadas:

- a) Elaborar Programa de Combate ao Racismo dos Metalúrgicos do ABC, como parte da estratégia de discutir e difundir o conceito da sua política de promoção da Igualdade Racial para curto, médio e longo prazo. A publicação também se destina a consolidar em todos os Comitês Sindicais de Empresa nosso trabalho de promoção da igualdade racial, buscando lutar para implementar esses princípios nas empresas de nossa base.

- b) Promover a participação dos grupos étnico-raciais nas representações nos locais de trabalho, assim como nos órgãos de comunicação do nosso Sindicato, criando seções específicas da Promoção da Igualdade Racial nos mesmos.
- c) Criar, ampliar e aprofundar mecanismos e instâncias permanentes de diálogo com as entidades do movimento negro, em especial o Educafro e instâncias como FEM, CNM, CUT-SP, CUT Nacional, UNEAFRO e entidades parceiras .
- d) Promover debates, reflexão, diálogo, ações e eventos, com diferentes atores da sociedade e dos poderes públicos nas três esferas, sobre os principais temas que envolvem a questão racial: saúde, educação, habitação segurança/violência, inclusão social, discriminação, , mercado de trabalho, emprego, cultura.
- e) Com o apoio do departamento Cultural do SMABC, a Comissão de Igualdade Racial irá articular, em parceria com o Poder Público e movimento sociais/Ongs e instâncias, como a Solano Trindade, Educafro, UNEAFRO, a implementação e manutenção de espaços educacionais, esportivos e culturais com a função de preservar e difundir o patrimônio imaterial das culturas africanas, afro-brasileira por meio da Capoeira que é dança, jogo e luta.
- f) Garantir o cumprimento dos instrumentos jurídicos já existentes de valorização dos valores culturais afro-brasileiros, visando o fortalecimento e reconhecimento das religiões de matriz africana e afro-brasileira como patrimônio imaterial cultural e religioso.
- g) Utilizar o prestígio do Sindicato para criar mecanismos de pressão, para aprovação da política de cotas à população negra, no ingresso nas escolas técnicas, universidades públicas federais e estaduais - inclusive na pós-graduação, *lato e strictu sensu*, bem como nas escolas e institutos federais, estaduais e concursos públicos.
- h) Nas próximas negociações coletivas (2013, para montadoras, e 2012 nos demais grupos) lutar para garantir política de acesso dos/as trabalhadores/as negros/as aos cargos de comando e desenvolvimento nas empresas , porque as pesquisas comprovam que não há negros e negras nesses cargos.
- i) Fortalecer o Programa Brasil Quilombola, pactuando novas bases de gestão para agilizar a titulação das terras dos remanescentes de quilombos assim como o apoio a instalação de cooperativas e compra de produtos oriundos deste.
- j) Incentivar intercâmbio sindical e cultural entre os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil de descendência africana, como forma de garantir a troca de conhecimentos da realidade socioeconômica e cultural.
- k) Monitorar por meio das representações no local de trabalho o cumprimento de acordos e convenções assinadas pela FEM/CUT e

Metalúrgicos do ABC no que diz respeito à promoção da igualdade racial e do combate ao racismo.

- l) Apoiar a capoeira de São Bernardo e seus mestres nas atividades culturais de São Bernardo do Campo.
- m) Apoiar a luta para que se insira de forma permanente equipes com agentes de saúde e médicos em áreas de difícil acesso nos quilombolas.
- n) Elaborar uma política de cotas para contratação de trabalhadores/as negros/as.

4) Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência

212- Durante o governo Lula, o debate nacional em torno dos temas de Direitos Humanos atingiram um novo patamar. O ambiente mais aberto à participação democrática resultou em acolhimento pelo poder público de novas agendas dessa área. Das 74 conferências nacionais convocadas nos oito anos de mandato, a área de Direitos Humanos se responsabilizou por 11: quatro sobre Crianças e Adolescentes, duas sobre direitos do idoso, duas sobre direitos das pessoas com deficiência, uma sobre direitos LGBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis) e três da série histórica de conferências nacionais de Direitos Humanos (9ª, 10ª e 11ª).

213- Nesta última, duas mil pessoas se reuniram em Brasília durante três dias, em dezembro de 2008, fechando um processo de conferências municipais e estaduais que incluíram a participação direta de 14 mil ativistas da área, seja dos movimentos sociais, seja dos poderes públicos. No evento, foi aprovado o desenho geral do que viria a ser o PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos), lançado por Lula no final de 2009 com forte impacto nos debates da disputa eleitoral de 2010.

214- Seguiu-se na mídia uma feroz campanha de distorções, onde só as opiniões conservadoras foram divulgadas. A proposta de criação por lei de uma Comissão Nacional da Verdade destinada a fazer um relatório oficial do Estado brasileiro sobre as torturas, mortes e desaparecimentos durante a ditadura valeu como estopim desse ataque.

215- Ações do PNDH-3 sobre direitos da mulher na saúde sexual e reprodutiva, defesa do Estado laico, impostos sobre grandes fortunas, uniões homo-afetivas, mediação pacífica de conflitos para evitar chacinas no campo, responsabilidades da mídia, tudo isso foi apresentado ao país por essa mesma mídia de modo absolutamente antidemocrático, como se fossem medidas autoritárias e não um simples exercício de democracia participativa.

216- Apesar desse ataque, o PNDH-3 foi reafirmado com pequenos ajustes de redação e já começa a produzir seus primeiros frutos, como a decisão do Supremo a respeito das uniões homo-afetivas, a aprovação da Comissão da

Verdade, novas discussões quanto ao imposto sobre grandes fortunas como mecanismo financiador da Saúde (Tony Blair fez isso na Inglaterra) etc. A presidenta Dilma, neste primeiro ano de mandato tem reafirmado os Direitos Humanos como prioridade de seu governo tanto nas relações internacionais quanto na situação interna.

217- Os movimentos sociais ligados à área, por sua vez, reconhecem a conquista desse novo patamar e cuidam de interagir com os poderes públicos, no nível municipal, estadual e federal, para consolidar conquistas e apresentar novas demandas. Cresce a abordagem dos temas no meio sindical e junto à CUT, ao contrário de tempos recentes em que eram pouco abordados.

218- Vários temas do 7º Congresso que fazem parte da luta geral dos Direitos Humanos, por sua importância especial. compõem agendas próprias, como é o caso da igualdade racial, dos direitos das mulheres e políticas para a juventude. Nossa categoria tem, ao longo dos anos, avançado também no restante da agenda: direitos das crianças e adolescentes, direitos do idoso, combate à homofobia e direitos da pessoa com deficiência.

219- Esta última assume importância crescente para a categoria, não apenas por sua importância em si, mas também por sua conexão com as questões de saúde do trabalho e doenças profissionais. Estatísticas indicam que, no Brasil, 24 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, física e muitas outras, situação que termina envolvendo pelo menos mais uma pessoa de cada família nos cuidados e acompanhamento. Ou seja, até 50 milhões de brasileiros e brasileiras enfrentam diretamente a situação.

220- Num passado recente, seus problemas eram considerados estritamente no âmbito da saúde ou da assistência social. Cresce na atualidade a percepção de que suas demandas centrais – acessibilidade, empregabilidade, barreiras de atitude, preconceitos e exclusão – são, antes de mais nada, uma exigência constitucional que reflete os imperativos universais dos Direitos Humanos: direito de ir e vir, não ser discriminado, autonomia, igualdade e liberdade.

221- Por isso, cabe ampliar em nossa categoria a consciência cidadã a respeito da questão, bem como planejar intervenções concretas nas negociações com as empresas. Entre essas ações, cabe promover pesquisas para identificar o percentual em cada fábrica, exigir "em cada prefeitura do ABC" o cumprimento da Lei. 8213/91 que dispõe sobre percentual de contratações de pessoas com deficiência nas empresas; respeitar essa mesma norma nas contratações do próprio Sindicato, veicular em nossos órgãos de comunicação matérias regulares sobre o assunto, pressionar os poderes públicos nos temas de acessibilidade física, inclusão educacional, transporte acessível e muitos outros. E ainda, que as empresas não possam incluir na cota as pessoas vítimas de acidentes do trabalho com sequelas na empresa.

222- Lutar para que os órgãos públicos realizem pesquisa , nos ramos da região, identificando as pessoas com deficiência que estão trabalhando ou desempregadas, retomando através do Consorcio Intermunicipal o GT de Pessoas com Deficiência para responsabilizar o poder público.

223- Lutar pela a contratação de pessoas com deficiências garantindo qualificação profissional.

224- Devemos ainda apoiar a luta pela preparação dos profissionais do sistema educacional para a educação de pessoas com deficiência, articulando as políticas especialmente nos conselhos tripartites da região.

225- Aprofundar o debate sobre o Plano Nacional de Educação e a questão da preparação de profissionais para a educação de surdos, uma vez que curso de libras não é o mesmo que formação de intérpretes de libras.

226- Realizar levantamento quantitativo e qualitativo sobre os trabalhadores com deficiência na região, utilizando para isso os dados do Censo do IBGE e outras pesquisas já existentes, assim como levantamento sobre a efetivação da lei de cotas nos municípios, tanto no setor público como privado.

227- Realizar seminário para aprofundar a questão do Plano Nacional de Pessoas com Deficiência e debater sobre campanha de mobilização sobre a efetivação do Plano Nacional que, em breve será lançado pelo governo federal.

228- Realizar campanha para que as placas de identificação referentes a pessoas com deficiência devem especificar os tipos de deficiência a que se referem.

5) Política de Segurança Pública e Cidadania

229- Durante o governo Lula foi iniciada – prevista para se completar em muitos anos – uma verdadeira revolução na forma como o poder público e a sociedade abordam a questão da segurança pública. Como a Constituição de 1988 estabelece que segurança é uma atribuição estadual, os governos federais anteriores quase ignoravam o assunto.

230- Já no primeiro mandato, ao lado da campanha pelo desarmamento, foi implantado o Sistema Único de Segurança Pública, em que a União disponibilizou vultosos recursos para os estados que aderissem ao novo esquema, que levou em conta a experiência do SUS. São Paulo foi o último estado a aderir, só após o ataque do PCC em 2006, quando já era governador Claudio Lembo. Mas essa adesão trazia a obrigação de seguir a orientação do Ministério da Justiça. Sem abrir mão de um combate firme e eficaz aos

criminosos de todos os tipos, esse programa cuidou, pela primeira vez, de enfrentar ao mesmo tempo as causas sociais que fazem aumentar a violência.

231- Em 2007, essa orientação foi detalhada no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), uma iniciativa inédita composta de 94 ações e recursos de R\$ 6,7 bilhões para serem aplicados até 2012. Entre elas, atividades de valorização dos profissionais, reestruturação do sistema penitenciário, combate à corrupção policial, envolvimento da comunidade na prevenção da criminalidade, constituição da Força Nacional, foco em territórios conflagrados através da conjugação entre presença policial e equipamentos públicos de educação, saúde, cultura, esportes etc.

232 – Com essa concepção cidadã da política de segurança pública, nosso Sindicato propôs e foi aprovada no Consórcio Intermunicipal do ABC a adesão à Campanha do Desarmamento do governo federal, tendo sido assinado o convenio junto ao Ministério da Justiça em setembro deste ano, para uma campanha regional nas sete cidades.

233- Mas não paramos por aí: nosso Sindicato está propondo ao Consórcio a criação de um fórum permanente de segurança pública, com a participação da sociedade civil, para avançarmos no debate da segurança, com base na nossa concepção de cidadania, inclusão social, respeito aos direitos humanos e principalmente numa ótica de prevenção da violência na nossa sociedade. Este Congresso aprova a realização de um grande debate no dia 24 de novembro de 2011, em nosso Sindicato, para aprofundarmos a proposta de constituição desse fórum.

6)Saúde no Trabalho e Meio Ambiente

Saúde no Trabalho

234- A saúde e a segurança no trabalho sempre foram bandeiras de luta para os metalúrgicos do ABC. Sempre estiveram como temas relevantes nas teses, propostas e debates de todos os congressos da categoria. Ao longo do tempo acumulamos discussões, ações, conquistas e avanços. Ao mesmo tempo e lutamos para consolidar e garantir cada nova conquista e, dessa forma, ampliamos muitas delas, o que se deveu, principalmente, à nossa capacidade de organização nos locais de trabalho e à qualidade da nossa militância seja, nas CIPA, nas comissões de fábrica, nos sistemas unificados de representação, seja hoje, nos comitês sindicais de empresa.

235- Para o êxito nessas lutas contribuíram, ainda, um atento processo de capacitação e formação para os nossos militantes e, um apoio permanente às suas demandas. Como resultado disso acumulamos um patrimônio de conquistas e saberes que nos colocam na vanguarda da luta sindical por

saúde, segurança e meio ambiente no trabalho. E essa vanguarda, se por um lado nos orgulha, por outro, nos impõe uma enorme responsabilidade. A responsabilidade de ousar e de avançar sempre ainda que a conjuntura econômica internacional nos sinalize a cautela.

236-Portanto, estão dadas as coordenadas para as nossas deliberações neste congresso: - Garantir na nossa base o crescimento da produtividade e da competitividade necessárias à consolidação do parque industrial incentive a instalação de novas empresas com novas vocações tecnológicas, sem abrir mão da nossa exigência de empregos de qualidade, seguros, saudáveis e de processos produtivos ambientalmente limpos e sustentáveis.

237-Para isso ousaremos ampliar nossas lutas em duas áreas que julgamos inter-relacionadas com a saúde no trabalho e das quais a saúde no trabalho é dependente. Estamos nos referindo à saúde pública e ao meio ambiente, dois eixos que se articulam com a saúde e que abordaremos a seguir.

Meio Ambiente

238-As questões ambientais que têm ganhado relevância no mundo todo possuem uma forma dialética estrutural de desenvolvimento. Isso quer dizer que o capitalismo, no seu desenvolvimento, degrada o meio ambiente, mas, a partir de certo patamar esse desenvolvimento começa a ser emperrado pela degradação que causou.

239-Essa dialética, comprovada nos cinco continentes, tem como laboratório privilegiado para nós, brasileiros, a Amazônia, onde será preciso criatividade e responsabilidade para que se quebre esse ciclo maldito e se consiga desenvolver de forma sustentável essa imensa reserva; propriedade inalienável das futuras gerações.

240-Não basta, portanto, tratar questão ambiental de forma macro política sem nos preocuparmos com a produção dos danos ambientais nas empresas aonde esses danos são gerados.

241-A questão micro ambiental, ou seja, o meio ambiente das empresas deve ser parte importante da nossa ação sindical cidadã. É preciso decretar que a competitividade e a rentabilidade dos sistemas produtivos não podem estar lastreadas no barateamento da produção pelo descuido com o meio ambiente. Uso racional de reservas naturais, adoção de combustíveis renováveis, políticas de coleta seletiva reciclagem, tratamento e descarte responsável do lixo gerado nos sistemas produtivos, bem como, a responsabilidade ambiental por todo o ciclo das mercadorias produzidas fazem parte das obrigações do

capitalismo do século XXI. Obrigações que não podem ser transferidas como passivo público a ser pago pelos nossos descendentes.

242- Por outro lado, não podemos perder de vista a força e a organização dos trabalhadores mantendo a nossa tradição de produzir propostas, assumir compromissos, controlar e cobrar a execução das políticas ambientais nas diversas esferas da administração pública.

243- Nas esferas municipal e regional, temos que lutar pela implantação e sustentabilidade da APA – Área de Proteção Ambiental do Sistema Billings-Serra do Mar. Tratar com arrojo a questão das ocupações residenciais, comerciais e industriais em áreas de preservação da região do ABC, estabelecer metas rígidas de tratamento de esgoto para todos os municípios da região. Temos de pensar e agir para que o sistema de coleta e reciclagem do lixo urbano seja uma atividade técnico-profissional, que não dependa da utilização de mão de obra informal degradada, em ambientes insalubres e indignos.

244- São grandes os desafios da questão do meio ambiente: debater a política nacional de resíduos sólidos, a luta contra a incineração, a questão das mudanças climáticas; levantar os passivos ambientais e de contaminação propondo a realização junto às prefeituras do ABC um diagnóstico sócio ambiental de saúde do trabalhador; incentivar a educação e comunicação em saúde assim como a educação sócio ambiental.

A Saúde Pública - SUS

245-A Saúde pública no Brasil, o SUS – Sistema Único de Saúde, oriundo da constituição de 1988, e baseado em princípios de uma política pública de bem estar social, implantada numa conjuntura mundial de neoliberalismo político e econômico tem nesse começo assincrônico e descompassado a origem da maioria absoluta dos seus problemas.

246- A reforma do Estado promovida nos anos de FHC, no anseio de adaptar a Constituição Federal ao estado neoliberal, se mostrou sem força para enfrentar a resistência da sociedade. Impossibilitada de justificar a proposta neoliberal de acabar com o SUS, cuidou para que a falta de recursos e investimentos públicos por um lado, e a liberdade para crescimento da presença da iniciativa privada na saúde por outro, desse um novo perfil à nossa saúde pública. Contribuíram ainda para esse novo perfil, a transformação das políticas de administração estatal burocrática da saúde em administração com regras de mercado, gestão técnica, liberdade de ação para os gestores e controle pelas metas atingidas. Permitiu-se, com isso, a entrada de

Organizações Sociais, Fundações e Organizações públicas de direito privado para gerir dentro das lógicas dos mercados a parte não lucrativa do sistema.

247- Como consequência surge um novo descompasso: regras de mercado na gestão e regras públicas na dotação de recursos e execução de orçamentos, o que emperra a máquina pública e leva a sociedade para a crença conveniente de que o mercado é melhor. O resultado é que hoje o investimento na saúde suplementar ultrapassa duas vezes e meia o investimento público no SUS.

248- A região do Grande ABC tem hoje cerca de 80% da população dependente da saúde privada. A grande maioria desses planos, aproximadamente 85% deles, são coletivos, pagos pelas empresas, podendo ou não ter uma parcela de contribuição dos trabalhadores. De qualquer forma, eles representam um aumento no custo de mão de obra das empresas, para ter em contrapartida, cuidados de qualidade questionável, um atendimento quase sempre ruim, e o que é mais grave, apenas enquanto se mantiver o vínculo de trabalho. O restantes 15% são planos individuais ou familiares, havendo ainda os planos coletivos das associações de classe que em geral atende a profissionais autônomos e liberais. Para aqueles que estão fora dessas condições, seja pela informalidade, seja pelo desemprego ou pela aposentadoria resta o SUS.

249- Esses números mostram uma realidade em que a saúde da região é majoritariamente atendida pela iniciativa privada e o SUS aparece, apenas, como sistema de saúde suplementar para executar serviços custosos e pouco lucrativos que o sistema privado não quer, como por exemplo, a saúde preventiva, o tratamento dos idosos, os tratamentos de alto custo e os excluídos de qualquer vínculo de trabalho e renda.

250- É preciso explicar, finalmente, que não foi sempre assim. Essa crença nos mercados como solução para todos os males, ganha força, apenas, a partir dos anos 1980 e, ainda assim, muitos países de capitalismo altamente desenvolvido, mantêm sistemas públicos de saúde, de ótima qualidade e totalmente financiados, como política pública, ou seja, com orçamento do Estado. Apesar das políticas de Estado mínimo, nenhum país Europeu conseguiu maioria de votos para acabar com seu sistema público de saúde.

251- Repensar esse sistema e apresentar propostas para resgatar a saúde pública é antes de tudo um enorme desafio. Porque é fácil compreender e aceitar os privilégios privados. Mas é difícil perceber o alcance e o que significa o desleixo público em que estamos metidos.

Dependência Química

252- Que o problema da dependência química é hoje uma das questões fundamentais na nossa sociedade é um consenso. O mesmo não se dá com a abordagem desse problema. Para muitos a questão das drogas é uma questão policial, para nós é, acima de tudo, uma questão de saúde. A grande questão é: devemos delegar as políticas de combate à dependência química entre os trabalhadores da nossa categoria unicamente às empresas?

253- Se a resposta é que devemos participar ativamente dessa discussão, como fazer isso sem cair nas inúmeras armadilhas que estão por traz dos vários interesses em jogo?

254- O certo é que não podemos abrir mão dessa discussão, que, a nosso ver, parte do ponto inicial que é a diferenciação entre usuários eventuais e dependentes químicos, que são problemas diferentes e requerem igualmente tratamentos distintos. Isto posto, é hora de nos debruçarmos sobre essas questões, para a construção de uma política que leve em conta nossas idéias e principalmente que tenha capacidade de, com respeito à dignidade da pessoa humana, garantir a reintegração na sociedade, na família e no trabalho.

255-São, portanto, itens essenciais de nossa concepção para programas de prevenção e tratamento de dependentes químicos: a reintegração ao emprego e à vida social, a manutenção da renda e o retorno à plena cidadania.

Propostas aprovadas

256- Realizar discussão ,em conjunto com os Conselhos Municipais de Saúde, sobre a Hepatite C por meio de campanhas cursos e palestras para conscientizar o trabalhador, uma vez que o vírus acomete 3% da população brasileira,

257- Mantendo a qualidade das nossas atuações nos ambientes de trabalho através das nossa organização sindical local, lutaremos, também, fora dos domínios corporativos, por uma saúde pública, universal, gratuita e de qualidade, contribuindo, assim, para o fortalecimento do SUS - Sistema Único de Saúde. Por isso, este Congresso aprova que nosso Sindicato realize uma ampla Campanha em Defesa da Saúde Pública e dos princípios do SUS, consubstanciados no atendimento público, universal, de boa qualidade e regido pela lógica do bem estar social e sob o controle social.

258- Da mesma forma atuaremos por uma Previdência Social mais justa, mais rápida e mais atenta às necessidades da classe trabalhadora.

259- Aprimorar a assessoria para a melhor qualificação dos cipeiros, com novos cursos de formação, mais atraentes, dinâmicos e participativos, que também abordem o tema de responsabilidade sócio ambiental da empresa, sem perda da qualidade da informação;

260 - Apoiar e acompanhar, por parte dos diretores do CSE ,os cipeiros no planejamento e no cumprimento das demandas para a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho;

261 - Atuar nos conselhos municipais e regionais de saúde e no conselho de saúde do trabalhador para melhorar a atuação do CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

262- Atuar nos fóruns de discussão do Trabalho Decente de modo a colocar em suas pautas as questões relacionadas ao meio ambiente, à saúde e à segurança no trabalho;

263- Fortalecer e apoiar o grupo de trabalho de saúde e segurança no trabalho para que o grupo discuta medidas de prevenção. Além de organizar seminários, debates e plenárias sobre saúde e segurança do trabalhador , abordar temas importantes como o aumento das doenças ocupacionais, como as novas tecnologias interferem no trabalho, na saúde e na vida do trabalhador, como usá-las para melhorar as condições e o ambiente de trabalho.

264- Lutar para que todos os cipeiros da categoria tenham tempo livre integral para representação, atuando na melhoria das condições de trabalho em sua fábrica.

265- Realizar seminário para a categoria e uma discussão mais ampla sobre o *Nexo Técnico (que é o vínculo da classificação internacional de doenças (CID), obtida a partir da Perícia Médica, com a atividade desempenhada pelo segurado, reconhecendo-se o benefício como acidentário mesmo sem a CAT) e o FAP (Fator Acidentário de Prevenção (FAP - que regula o seguro acidente de trabalho que a empresa paga- oscilará de acordo com o histórico de doenças e acidentes de trabalho por empresa e incentivará aqueles que investem na prevenção aos agravos da saúde do trabalhador).*

266- Reivindicar na próxima campanha salarial seja incluída na convenção coletiva que os trabalhadores afastados vítimas de acidente de trabalho ou doença ocupacional recebam integralmente todos os pagamentos resultantes de acordos coletivos como PLR e abono, porque em muitos casos a empresa e/o trabalho é o causador do afastamento.

267- Participar dos fóruns de discussão de políticas ambientais nas empresas, com comissões de trabalhadores para acompanhamento das medidas de proteção ambiental, uso de energias renováveis e alternativas, uso racional de recursos naturais, controle das emissões de poluentes e tratamento reciclagem e destinação do lixo industrial.

268- Criar comissão de acompanhamento das discussões ambientais em todos os municípios do ABC e nos e fóruns regionais e nacionais, para exigir investimento e metas para o tratamento do esgoto, coleta seletiva do lixo urbano e reciclagem do mesmo em condições de atividade formal e de caráter técnico-profissional.

269- Lutar para criar políticas de uso de água industrial na região e no país.

270- Lutar para a implantação de sistema de transporte ferroviário que limite o acesso de transporte rodoviário nas zonas de mata atlântica da serra do mar e do entorno da Billings.

271- Atuar para a implantação de um programa permanente de renovação de frota de veículos pesados visando diminuir o impacto ambiental do transporte rodoviário na região.

272- Enfim, desenvolver uma prática cotidiana de novas relações sociais que nos aproximem de nossa utopia, plantando sementes que se tornam árvores por um mundo melhor e respeitando o meio ambiente e a natureza.

Atuação na prevenção e tratamento da dependência química

273- Atuar preventivamente no combate às situações que levam ao estresse, às várias formas de doenças psíquicas e do assédio moral, sabidamente, condições predisponentes ao uso de substâncias psicoativas, através de campanhas nos locais de trabalho, através dos CSE's e CIPAs,

274- Realizar nos meios de comunicação do Sindicato campanhas ininterruptas e intensivas de conscientização e desestímulo ao uso de todos os tipos de drogas, lícitas e ilícitas.

275- Realizar gestão junto às autoridades federais (executivo e legislativo) para a proibição definitiva da propaganda de bebidas alcoólicas em qualquer veículo de comunicação, de patrocínios esportivos, bem como a criminalização da venda e fornecimento à menores de idade.

276- **a)** Iniciar o diálogo e a vigilância sobre a questão da saúde mental no ambiente de trabalho; **b)** ser parceiro de ações educativas, de prevenção e atenção ao trabalhador e seu familiar dependente químico ou portador de transtorno mental; **c)-** fomentar parcerias entre a empresa privada, o sindicato, a saúde pública e a sociedade em centros de convivência para reabilitação do usuário de drogas e portador de transtorno mental; **d)-** garantir condições de trabalho ao usuário de drogas, dependente químico e portador de transtorno mental em fase de tratamento e reabilitação social; **e)-** acompanhar, propor e vigiar políticas de atenção ao dependente químico e portador de transtorno mental, como integrantes essenciais da saúde no trabalho.

277- Fazer campanhas para o cumprimento da lei que proíbe o fumo nos ambientes de trabalho.

278- Produzir cartilhas e materiais de divulgação na categoria e nas escolas públicas da região esclarecendo sobre os danos à saúde e à vida, causados pelas drogas, pelas bebidas alcoólicas e pelo fumo.

279 - Realizar eventos atividades culturais artísticas e desportivas, com foco nos jovens, adolescentes e crianças, mostrando os malefícios das drogas, do álcool e do tabaco.

280 – Atrair o combate à dependência química ao campeonato de games e a todos os outros eventos do Sindicato.

281 – Criar slogan ou logo atrelado à marca “Sindicato dos Metalúrgicos do ABC” de combate às drogas.

7) Previdência Social e Aposentados

Ação na defesa do trabalhador aposentado

282- A AMA e o CSA foram criados para oferecer, de um lado, assistência aos metalúrgicos aposentados e, de outro, para manter o vínculo permanente entre metalúrgicos aposentados e os companheiros da ativa. Trata-se de uma relação de reconhecimento e de compromisso. Reconhecimento da ação desenvolvida pelos companheiros agora aposentados, ao longo de décadas de trabalho e de luta, pela defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo fortalecimento da organização no local de trabalho, pelo fortalecimento do próprio Sindicato e de sua ação transformadora na sociedade.

283. Compromisso entre uma geração mais experiente, que deixa um legado de lutas e de conquistas, e a geração mais nova que assume esse legado como a responsabilidade de dar continuidade à ação que tem destacado o SMABC no cenário sindical e político do país. Compromisso de uma geração

mais jovem de estar junto dos companheiros mais velhos na caminhada em defesa de sua qualidade de vida num momento em que a vida pode e deve ser vivida com dignidade como um direito inalienável de todo e qualquer cidadão.

284. Viver como idoso e como aposentado num país ainda muito desigual como o Brasil, em que pesem os avanços realizados nos últimos anos em relação à diminuição da pobreza e às políticas de promoção da cidadania, coloca desafios concretos para o conjunto dos trabalhadores aposentados e da ativa. É sobre esses desafios que refletimos e deliberamos no 7º congresso dos metalúrgicos do ABC.

O crescimento da população idosa no Brasil

285. Em 2008, o Brasil tinha 21 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, superando a população idosa de vários países europeus, como a França, a Inglaterra e a Itália, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda em 2008, havia 9,4 milhões de pessoas com 70 anos ou mais no País, 4,9% da população total. As condições de vida dos idosos no Brasil apresentaram relativa melhora nos últimos anos. Houve uma pequena melhora na sua renda, processo mais significativo nos estratos de renda mais baixa. Este dado fica mais claro se levarmos em conta que a maior parte da renda dos idosos tem origem em pensões e aposentadorias, mesmo que esses benefícios tenham sofrido perdas contínuas no seu valor real de compra.

286 - Um elemento revelador de suas reais condições de vida e que relativiza o significado da melhoria de sua renda, sejam eles homens ou mulheres, é o fato de ser crescente entre os aposentados o número dos que se tornaram responsáveis pela manutenção da família, que passou a incluir filhos casados e netos. Embora tenha havido avanços na conquista de direitos fundamentais, consagrados na Constituição de 1988 e na legislação complementar, a inexistência da rede pública de serviços sociais básicos nas regiões menos desenvolvidas, assim como a precariedade ou a ineficiência desses serviços nas áreas urbanas mais densas e periféricas comprometem a assistência aos idosos.

A proteção social: marco regulatório

287- A Constituição Federal de 1988 introduziu em suas disposições o conceito de seguridade social, alterando o enfoque assistencialista da política pública que passou a ter uma conotação ampliada de cidadania. A partir desta data, a legislação brasileira procurou se adequar a tal orientação. A Política Nacional do Idoso, estabelecida em 1994 (Lei 8.842) criou normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. A lei, reivindicada pela sociedade, resultou de amplo debate com entidades de representação dos idosos, acadêmicos e profissionais da área de gerontologia e geriatria.. A legislação, no entanto, não

tem sido aplicada eficientemente. Isto se deve a vários fatores: a superposição desarticulada de programas e projetos voltados para o mesmo público; a falta da especificação da lei que contribua para criminalizar a discriminação, o preconceito, o desprezo em relação ao idoso e ao aposentado.

288- Em resumo, apesar do recente marco regulatório ter conferido novo caráter à política pública em relação aos idosos, circunscrevendo-a no campo da cidadania, a ação do Estado neste campo continua problemática. De um lado, pelas limitações institucionais apontadas acima e, de outro, pela natureza da própria lei, que transfere para a família parte das responsabilidades que caberiam ao próprio Estado.

289- Na ausência de recursos públicos, a legislação repassa para o âmbito doméstico, sob a ameaça de punições em caso de omissão, o atendimento das carências dos aposentados idosos. O quadro de pobreza e de exclusão social em que vive grande parte das famílias dos idosos as impossibilita de cumprirem apropriadamente este papel. Em que pesem raras exceções na atuação do poder regional ou local, os idosos estão longe de usufruírem os direitos sociais que, em princípio, a lei lhes assegura. Em outras palavras, a difícil situação em que se encontra parcela significativa da população idosa no Brasil não se deve à falta de legislação, mas de condições objetivas para que seus direitos deixem de ficar apenas no papel.

290- Isto os coloca numa situação de grande vulnerabilidade, só atenuada pelos laços de relações familiares e comunitárias, mediadas pela ação assistencial de organizações da sociedade civil. Cresce, neste sentido, o papel de Associações de Aposentados, como a AMA-ABC e da representação sindical dos aposentados, como o CSA/SMABC.

Aposentados

291- Segundo os dados do Ministério da Previdência (maio de 2009,) existem hoje no Brasil 26,5 milhões de aposentados. Destes, 18,3 milhões (69,25% do total) recebem até um salário mínimo. Na faixa de um a dois salários mínimos existem 3,5 milhões de aposentados (13,37% do total); entre dois e três salários mínimos existem quase dois milhões de aposentados (7,21% do total); entre três e quatro salários mínimos são mais 1,5 milhões de aposentados (5,58% do total). Acima de quatro salários mínimos, há 1,2 milhões de aposentados (4,59% do total).

292- A Previdência Social tem uma das maiores arrecadações do país, só que é mal distribuída. Excetuando-se a parcela de aposentados que recebe até um salário mínimo e cuja aposentadoria é reajustada de acordo com a política governamental de valorização do salário mínimo, o restante dos aposentados perdem significativamente parte do seu poder de compra. Essa situação

provoca uma degradação de sua qualidade de vida, agravada pelo fato de serem ainda precárias as políticas públicas voltadas para este segmento da população, particularmente na área da saúde.

Regras atuais da aposentadoria

293- Pelas regras atuais, um trabalhador precisa ter 35 anos de contribuição e 63 anos e quatro meses de idade para se aposentar com 100% do benefício a que tem direito. Para as mulheres, é necessário ter 30 anos de contribuição e 58 anos e quatro meses de idade.

294- Todo o ano, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulga os dados relativos à expectativa média de vida do brasileiro, a idade mínima para se aposentar também aumenta. Com o avanço da medicina, cada vez mais cresce o índice de expectativa de vida da média da população. Isso é bom, pois significa que o País vem melhorando. Mas misturar isso com as aposentadorias é muito perverso: quando o trabalhador acha que vai aposentar com 100%, a tabela de expectativa de vida sobe e ele tem que ficar mais tempo trabalhando. Todas essas dificuldades foram criadas pelo fator previdenciário, outra obra do governo FHC.

295- Também por obra daquele governo, o cálculo das novas aposentadorias embute a média das 80% maiores contribuições. Por conta disso, o valor só exclui 20% dos piores salários recebidos ao longo da vida laboral desde julho de 1994. Isso atinge todos os trabalhadores por conta da alta rotatividade da mão de obra no Brasil. Os trabalhadores perdem o emprego e na grande maioria das vezes, só arruma outro emprego ganhando menos que o anterior e, portanto reduzindo sua contribuição à Previdência.

296- Outro problema diz respeito à difícil situação dos trabalhadores que estão próximos da aposentadoria: se perderem o emprego com uma idade próxima de se aposentar, dificilmente arrumam outro emprego. Por essa razão hoje, no Brasil, apenas 26% das aposentadorias são por tempo de contribuição, e a grande maioria, 56%, é por idade. Outros 18,42% são por invalidez. Esses dados demonstram claramente o quanto é difícil comprovar tempo de contribuição à Previdência. Neste sentido, devemos lutar pelo fortalecimento da negociação coletiva que amplie e assegure a garantia de emprego aos trabalhadores em via de se aposentar, e também intensificar a luta pela ratificação da Convenção 158 da OIT.

297- O aumento gradual da vida média do cidadão brasileiro é um fato positivo que nos traz um dilema. Há vinte anos atrás, para cada trabalhador aposentado, tínhamos 14 que contribuía para a Previdência. Atualmente, este número caiu pela metade. A previsão para os anos 2050 é de que haverá 1 aposentado para cada 2 contribuintes. O correto, nesta situação, seria

constituir um fundo para garantir as futuras aposentadorias e pensões, mas ainda não foi feito. Disso se conclui a necessidade de modificar a forma de custeio da aposentadoria, mantendo-se a contribuição individual do trabalhador enquanto a contribuição do empregador passaria a ser feita sobre o faturamento da empresa.

Propostas Aprovadas;

298-Fim do fator previdenciário e não ao fator 85/95 : Considerando essas dificuldades, defendemos o fim do fator previdenciário e a criação de uma Comissão formada por trabalhadores aposentados e da ativa para elaborar uma proposta para definir novas regras de aposentaria que substituam o fator previdenciário, como por exemplo, sendo a contribuição do trabalhador uma contribuição individual do trabalhador, a da empresa passaria a ser paga sobre o faturamento, mudando assim a forma de custeio da aposentadoria.

299- Mudança nas regras de reajuste da aposentaria : Apesar do veto da presidenta Dilma Rousseff, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) à previsão de aumento real para aposentados em 2012, consideramos que o reajuste acima da inflação deva ser garantido por meio de negociação com o governo. Defendemos, neste sentido, a criação da Comissão Permanente de Valorização dos Idosos e Aposentados como o espaço onde os trabalhadores deverão negociar uma política de valorização permanente para todas as aposentadorias.

300-Somos ainda a favor de uma solução mais duradoura para esta questão e, neste sentido, defendemos uma mudança na legislação que rege as aposentadorias, instituindo um padrão semelhante ao aplicado atualmente ao salário mínimo. A medida, além de assegurar uma política de valorização permanente das aposentadorias, caminhará em direção a políticas permanentes de valorização do idoso.

Inclusão social e cidadania

301- Para que a Política Nacional do Idoso avance de fato, assegurando aos metalúrgicos idosos e aposentados o acesso a direitos fundamentais como saúde, lazer, cultura, transporte, segurança, entre outros, é fundamental que os próprios aposentados e idosos se vejam como sujeitos de direitos, aqueles que através de sua organização e luta se mobilizam pela defesa dos direitos já conquistados e pela criação de novos direitos.

302- Neste sentido, propomos que a AMA desenvolva campanha pela melhoria das políticas públicas municipais visando a inclusão social dos idosos e aposentados. Essa ação deve atingir os segmentos da sociedade civil e contar com a solidariedade dos metalúrgicos da ativa.

303- Este Congresso aprova ainda uma campanha maciça de conscientização da categoria sobre a valorização dos idosos na sociedade.

304- Defendemos também a separação da aposentadoria por contribuição da aposentadoria assistencial e a alteração nas funções que se enquadram como aposentadoria especial.

8) Cultura : Um direito dos trabalhadores

305 - Damos o nome de cultura a tudo que é feito pelos seres humanos: as coisas materiais e as coisas imateriais, a cadeira em que sentamos e a língua portuguesa que falamos, por exemplo. A cultura humana começou quando os seres humanos começaram a fazer coisas e inventar símbolos, linguagem, significados. Portanto, cultura surgiu do trabalho humano de transformar as coisas à sua volta para viver melhor. Daí relação profunda entre cultura e trabalho. Com o desenvolvimento do trabalho, nós desenvolvemos as relações sociais, moldamos nosso comportamento e adquirimos conhecimento. Para nós, seres humanos, o trabalho está associado ao desejo de emancipação e liberdade. Mas foram as condições sociais em que historicamente o trabalho se constituiu que produziram as desigualdades, a propriedade e os conflitos sociais.

306- A cultura é tanto uma trincheira quanto o lugar dos encontros e do diálogo. Trincheira quando direitos e necessidades são fustigados ou mesmo negados; lugar do encontro porque constrói valores, estéticas, desejos e prazeres. A trincheira e o diálogo educam, uma educatividade que passa pela escola, pela fábrica, pelo escritório, pela livraria, pelos aterros sanitários. Nesse sentido, a cultura é vocacional para as mudanças (porque constrói sistematicamente linguagens, que furam bloqueios políticos e econômicos) e se constitui valor transversal ao trabalho humano. Estetiza, estende, impulsiona e amplia os sentidos do trabalho. Todo o movimento em torno do Fundo de Greve, as passeatas transformadas em atos estéticos, expressões de beleza humana, sinalizam sentidos e a vivência da cultura. Em tempos de trabalho muito ligado a conhecimento, a cultura é a própria relação que permite compartilhamento, negando a mais valia do conhecimento a serviço de poucos.

307 - O fenômeno de a cultura ser trabalhada como política estratégica leva a riscos e possibilidades: pode-se confundir estratégia com instrumentalidade, com uso eventual da cultura. Aí se dá uma espécie de morte da cultura, porque sendo construção simbólica ativa e mutável, seu uso instrumental implica a parada do seu tempo e a negação de sua condição política, isto é, sua vocação para organizar processos de cidadania, direitos ampliados de ser e ter na cidade, no lugar onde vivem os homens e as mulheres. No entanto, se a cultura moldar a transversalidade do trabalho e garantir a ampliação dos seus

sentidos, os atos estratégicos serão de imensa grandeza, constituindo-se uma espécie de programa de ação cultural capaz de dispor no tempo e no espaço os recursos, os agentes, as viabilidades, os resultados esperados.

308- Não basta criar projetos de cultura, porque os nossos ideais democráticos, além da criação, exigem a socialização do conhecimento. Em nossa opinião, a cultura tem de ser entendida na linha da comunicação, na linha da socialização para que, como bem que é produzido, seja consumida, repartida e distribuída da maneira mais justa e mais ampla possível, como é próprio de uma sociedade democrática. Entendida como a transmissão de valores, costumes, crenças e conhecimentos científicos, históricos e artísticos de uma geração para outra, de uma instituição para outra, de um país para outro - algo que já foi estabelecido no passado -, cultura também é a idéia de futuro, de projeto. Porque não é suficiente herdar do passado todas essas riquezas. É preciso continuar criando e disseminando essa criação.

309- Destacamos ainda que a democratização da sociedade e a busca da igualdade social é uma luta permanente contra um sistema que tem como natureza a produção de lucros e a reprodução ampliada do capital. Seu objetivo não é a distribuição das riquezas ou a inclusão social. Assim, ressaltamos dois aspectos: a) a natureza de nossa ação cultural e b) o momento político presente, com seu passado e seu futuro possível.

310- Quanto à natureza de nossa ação cultural, sabe-se que a produção de cultura a partir dos interesses, das lutas e das práticas sociais do movimento operário e sindical, bem como o incentivo à leitura e ao conhecimento, tem sido uma forma de participação que existe desde a origem do movimento operário e já é parte da sua história. A busca pela integração destas ações à estratégia política e sindical visando à formação de militantes e de uma base mais instruída e melhor formada politicamente, também tem sido uma preocupação constante desses movimentos. Desta estratégia ficaram importantes registros na história como as Escolas Modernas e as bibliotecas em sindicatos no Brasil; as Bibliotecas Sociais e Ateneus na Espanha; as Universidades Populares na França, entre outras experiências. Por diversos fatores tais como a repressão das classes dominantes ou o fechamento puro e simples destes espaços, seja por dificuldades financeiras ou divergências internas, viu-se com o passar dos anos estas ações enfraquecerem e, em muitos casos, desaparecerem para caírem no esquecimento e no abandono, enquanto ação sindical e operária.

311- No entanto, permaneceu o legado, que vem do início da história do movimento operário brasileiro e internacional, em que o incentivo à leitura e à produção cultural pelos próprios trabalhadores e suas famílias, repercute no processo de transformação social, como fruto da ação dos próprios

trabalhadores. Com este espírito, a produção cultural em suas diversas manifestações tem o sentido de construção de identidade de classe e social e não apenas de entretenimento ou diversão, embora esta dimensão não possa ser ignorada, quando se debate a questão do Direito ao Lazer e o acesso aos bens culturais.

312 – Assim, em nosso ponto de vista, torna-se importante o debate entre nossa categoria e nosso Sindicato, que têm um papel transformador e vanguardista entre varias categorias de trabalhadores e também em nossa sociedade, principalmente no âmbito regional das sete cidades. Assim, é importante que o Sindicato integre e colabore com uma rede de atividades e instituições que possam contribuir para a construção e consolidação de uma cultura que se integre à luta pela igualdade social, dentro de uma cultura operária, sindical e democrática que se situe num conceito amplo de cultura.

313– Atualmente sabe-se que as transformações no nível de escolaridade de nossa categoria e do conjunto da classe trabalhadora, bem como o processo de aumento da renda e do emprego nos Governos Lula e Dilma, vem incrementando o crescimento de número de leitores. Porém, muitas vezes, esta procura não encontra respostas na criação de oportunidades de acesso à livrarias ou bibliotecas ou, ainda, a publicações e produções culturais que dêem conta desta procura. Além disso, muitas vezes o acesso à quantidade de informações proporcionada, por exemplo, pela internet, não é acompanhada pela construção de um conhecimento crítico voltado para a transformação da realidade no espaço fabril e na construção coletiva do conhecimento. Assim, uma importante contribuição para a reversão deste quadro foi a criação e a ampliação do projeto “LEITURA NAS FÁBRICAS”, uma parceria entre nosso Sindicato e as prefeituras de Diadema e São Bernardo do Campo. A importância deste projeto está em sua metodologia ,já que além de ser uma política pública que consolida direitos, procura estimular uma forma de participação que visa evitar que estas iniciativas se transformem em burocráticos depósitos de livros. Para isto foi fundamental a inspiração sempre presente dos ensinamentos do educador Paulo Freire visando, a partir desta experiência, a formação de uma pratica reflexiva e libertadora. Assim, com base neste projeto, é possível e recomendável, que se ampliem os espaços de leitura ao conjunto dos trabalhadores, não só metalúrgicos, de nossa região.

314 – Entendemos que é possível estabelecer um projeto em parceria com as diversas entidades populares e ONGs da região para multiplicar os espaços de leitura e, conseqüentemente, facilitar e ampliar o acesso a leitura e aos conhecimentos que buscam a defesa dos interesses dos trabalhadores, o sindicalismo classista, com enorme capacidade de mobilização e com noção

clara de seu papel na transformação da sociedade brasileira. Além disso, espaços como estes podem se constituir, também, em centros de difusão e formação de atividades mais ampla que somente a leitura, incorporando outras manifestações culturais e artísticas.

315 –É importante a compreensão que nossa trajetória se fortalece quando compartilhada e renova o ideário defendido por nossas entidades e nossas lutas, que têm como referência o direito de organização no local de trabalho; o sindicato organizado pela base, como uma entidade independente do Estado e com autonomia para conduzir as lutas na defesa dos interesses dos trabalhadores. Isto significa que mais do que buscar financiamento de atividades pelas empresas e pelos governos, é preciso fomentar a participação, a formação e a criação de militantes com uma identidade maior e mais verdadeira com a cultura, práticas que já tem tradição e história no movimento operário e sindical de nossa categoria e de nossa região e na história do movimento operário brasileiro e internacional.

316- Quanto ao momento político presente, com seu passado e seu futuro possível, destaca-se que, tal como o Brasil, muitos países que viveram sob governos autoritários, ditatoriais ou genocidas, demoraram anos para superar os traumas causados por estes regimes. E para conseguir a superação destas violências o Conselho de Segurança da ONU criou o conceito de **Justiça de Transição**, um conjunto de medidas necessárias aos países que sofreram regimes ditatoriais baseado nos pilares de justiça, verdade, reparação e reformulação das instituições como resposta às mudanças políticas e às demandas por justiça e verdade em países latino-americanos e da Europa oriental. Como atualmente, mesmo depois de 26 anos de Estado Democrático de Direito, o Brasil continua com feridas abertas pelo regime de 1964, a conquista de espaços importantes durante o governo Lula reforçou a necessária luta pela promoção da Verdade, Memória, Justiça e Reparação. Um grande passo para a afirmação destes direitos foi o processo da 11ª Conferencia Nacional de Direitos Humanos que concluiu o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). E em 2011, a presidenta Dilma patrocinou a aprovação de uma Comissão Nacional da Verdade, destinada a examinar as violações de Direitos Humanos ocorridas no contexto da repressão política que marcou a ditadura de 1964.

317-Desta forma, a queda dos regimes militares na América Latina e de demais regimes autoritários na Europa, Ásia e África, vem fortalecendo a questão da Memória Histórica que se constitui num dos temas centrais da pauta de diversos países, dentro da conquista mais geral dos Direitos Humanos. A Comissão da Verdade, recém aprovada no Congresso Nacional e a Lei de Memória Histórica implantada na Espanha para responder aos anseios das organizações de direitos humanos e das famílias das vítimas da guerra civil e

do franquismo, fazem com que as ações ligadas a Memória e aos Direitos Humanos caminhem juntas e tornem-se cada vez mais numa preocupação constante da sociedade, dos trabalhadores e do povo em geral.

318- Por outro lado, a enorme mudança ocorrida no perfil da categoria nos últimos anos, a melhora sensível das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e do povo em geral, fazem com que as ações ligadas a Memória Histórica sejam encaradas como parte da estratégia sindical do nosso sindicato e não meramente como um assunto pontual da conjuntura. O resgate da história de lutas e conquistas da nossa categoria, da história de vida das centenas de militantes que dedicaram suas vidas a organização dos trabalhadores; a guarda e o zelo pela documentação histórica elaborada ao longo dos anos pelas diversas diretorias do sindicato, um patrimônio insubstituível de nossa classe, são parte das ações que envolvem a questão da memória histórica e devem ser dirigidas para as novas gerações de militantes e de trabalhadores.

319- É fundamental que os trabalhadores (as) que estão hoje nas fábricas e os que virão futuramente, saibam que o ambiente e as condições de trabalho hoje existentes, foram o resultado de lutas duras, de perseguições, de sacrifícios de milhares de companheiros e companheiras que arriscaram suas vidas, seus empregos e a convivência com suas famílias, para que hoje se trabalhasse numa situação melhor do que no passado. Isso significa que nossa ação sindical situa-se no seu tempo histórico, em constante transformação, tendo como referência o legado cultural e político que ajudou a construir. Com isso queremos reafirmar aquilo que pode ser um lema de nossas lutas: “...Se não nos esquecermos de onde viemos e como forjamos o presente, não temeremos o futuro...”

320 - Diante disso, cabe a um Sindicato com a importância histórica e econômica como o nosso garantir que a cultura seja um caminho de aprendizado e ensinamento para a militância e de identidade e interface com a sociedade. A cultura deve assegurar a trabalhadores e trabalhadoras formas e espaços democráticos de expressão, dentro do Sindicato e no local de trabalho, e contato com o novo, o conhecimento, a criação, com o interno e o externo.

321- Para tanto, as leis de incentivos fiscais à cultura têm de ser aplicadas em projetos culturais para os trabalhadores e não ficar restritas a uma elite, como ocorria em um passado recente. O estado de São Paulo é um exemplo dessa elitização: dificilmente um projeto cultural apresentado pelo mundo do trabalho consegue aprovação de renúncia fiscal por parte dos órgãos estaduais competentes.

322- Desde 2009, o Sindicato vem realizando ações e eventos culturais por meio da Lei Rouanet*. Seguiremos nessa rota de buscar parcerias e recursos legais à disposição no Ministério da Cultura e em todas as instâncias de Estado, sejam federais, estaduais e municipais para garantir a execução de projetos culturais aos metalúrgicos,, bem como destinar parte de nossos recursos às mesmas finalidades. Ao mesmo tempo, seguiremos pressionando o governo estadual para que reconheça a importância da classe trabalhadora e democratize o acesso ao patrocínio cultura oficial. Além desses incentivos, o Sindicato também promoverá manifestações culturais dos trabalhadores que prescindam de incentivos fiscais.

323- Mas projetos com perfil para captar patrocínio e incentivos fiscais têm de ser grandes, democráticos e permanentes. Além desses incentivos, o Sindicato também incentivará a promoção de manifestações culturais dos trabalhadores que prescindam de incentivos fiscais, sendo esta uma diretriz que deve demandar nossos recursos humanos e determinação política a partir de uma visão de que nossa categoria seja considerada em sua totalidade humana, de pessoas com necessidades e potenciais em produção cultural e não somente com necessidades econômicas e sociais, sendo essa uma referência abrangente, baseada na Carta dos Direitos Humanos da ONU.Só assim criaremos na militância uma identidade maior e mais verdadeira com a cultura.

BOX NO PÉ DA PÁGINA

***CONHEÇA A LEI ROUANET DE INCENTIVOS FISCAIS**

A Lei de Incentivo à Cultura, popularmente chamada de Lei Rouanet (Nº8.313/1991), é conhecida principalmente por sua política de incentivos fiscais. Esse mecanismo possibilita que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. Assim, além de ter benefícios fiscais sobre o valor do incentivo, esses apoiadores fortalecem iniciativas culturais que não se enquadram em programas do Ministério da Cultura. O incentivo a iniciativas culturais pode ser feito por meio de doação ou patrocínio. Somente pessoas físicas ou pessoas jurídicas sem fins lucrativos podem receber doações. Esta lei instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que canaliza recursos para o desenvolvimento do setor cultural, com objetivo de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, como CDs, DVDs, espetáculos musicais, teatrais, de dança, filmes e outras produções na área audiovisual. Seus produtos e serviços resultantes são de exibição, circulação e utilização públicas.

Propostas Aprovadas;

324- Atividades Permanentes

- a) 2ª edição do Festival de Música (Pronac)
- b) Concurso de fotografia Relação Trabalho/Cidade – (Pronac)
- c) Criação de grupo de teatro dos trabalhadores (as) metalúrgicos (as) (possibilidade de captar recursos externos e incentivos fiscais)
- d) Festa Junina Regional de Diadema
- e) Projeto *Arte na Fábrica* – implementação, em convênio com as fábricas, de espaços para que os trabalhadores/as possam apresentar, nos horários de intervalo e almoço, seus talentos artísticos/culturais – poesia, literatura, música, teatro e performances.
- f) Ampliação dos *Pontos de Leitura na Fábrica* em toda a base (parceria já em andamento com o MinC)
- g) Apoio institucional e político do SMABC à criação de espaços de leitura e cultura nos bairros, vilas e comunidades onde se concentram os trabalhadores, com a intenção de se criar uma verdadeira REDE DE LEITURA E CULTURA articulada com o SMABC e as demais entidades do campo democrático-popular;
- h) *Cinema na Sede* – exibição gratuita e periódica à comunidade de filmes comerciais, buscando parcerias.
- i) Campeonato de videogame – ampliação, definição de calendário e periodicidade, sob a responsabilidade do Coletivo de Juventude.
- j) Dar continuidade ao Concurso de Desenho Artístico feito por trabalhadores da base e seus familiares.
- k) 4ª Edição do *Prêmio João Ferrador* de Promoção da Cidadania, que tem o objetivo de reconhecer e premiar personalidades e instituições que contribuem com a promoção da cidadania, dos direitos humanos e sociais, da Justiça e da democracia.
- l) *Sextas-Feiras Musicais* – espaço na sede para que militância venha ao sindicato participar de apresentações musicais, artísticas, saraus.
- m) Construir diálogo junto ao poder público– seja através de conselhos, seja através do Consórcio Intermunicipal – visando à adesão das municipalidades da região ao Sistema Nacional de Cultura e à Agenda 21 da cultura.
- n) Discutir e viabilizar ações culturais em parceria com os movimentos sociais
- o) Criação de um Banco de História Oral dos militantes.
- p) Definir, de forma articulada com os movimentos sociais, um calendário de atividades anual e periódico voltado para o resgate e para a preservação da Memória Histórica da categoria e das lutas democrático-populares de nossa região.

- q) Considerando a que as lutas dos trabalhadores metalúrgicos do ABC não começaram em meados da década de 70 e tem atrás delas muitas décadas de outras lutas , e que ainda há inúmeros companheiros que lutaram nessa época e são arquivos vivos dessa história, que se construam espaços, semanais ou quinzenais, na Tribuna Metalúrgica e mensalmente na Revista do Brasil, para que esses/as companheiros/as possam contar suas histórias de luta de construção da liberdade e da democracia, em parceria com a AMA-A ABC e outras organizações culturais e de memória; e que este sindicato, que defende os direitos de seus associados tanto com os dos aposentados, apóia a luta dos anistiados como lutadores que tiveram uma carga especial em suas vidas, a das perseguições pela repressão policial, militar e patronal, pois esta categoria especial de metalúrgicos continua na luta contra o Estado brasileiro pelo reconhecimento de seus direitos baseados na lei 10.559/2002 e que prevê os mesmos direitos como se na ativa estivessem, com espaços e salas de reuniões, contatos e convivência.
- r) Viabilizar em todas as atividades do sindicato a acessibilidade para surdos, com intérpretes de libras, legendas e "janelinhas".

325- Atividades Pontuais

- a) Participação na produção de documentário vídeo “Histórias e Rimas”, sobre o rap e hip hop no Brasil/Europa/América Latina (Ancine) – 2012/2013
- b) Construir, articuladamente com o movimento social , um seminário com o tema **“O que é a produção cultural e qual o seu papel na formação de um sindicalismo classista, democrático e cidadão”**, reunindo entidades como sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e entidades; grupos de teatro e musicais e outros tipos de organizações culturais que atuam na região;
- c) Construir, articuladamente com o movimento social, um amplo seminário voltado para a questão da Memória Histórica do Movimento Operário e Sindical do Grande ABC ou das 7 cidades. Essa atividade, que reuniria as entidades com diversos arquivos operários e sociais hoje existentes, especialistas das áreas fins, sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e entidades de defesa dos Direitos Humanos, deverá debater e aprofundar temas como: a construção de memorial do trabalhador com registros e documentos fornecidos pelo Sindicato e outras instituições e/ou particulares, bem como contribuir com a criação e realização do Museu do Trabalho e do Trabalhador de iniciativa da Prefeitura de SBC, apoiar iniciativas de constituição de uma Rede ou um Centro de Memória dos Trabalhadores e dos Movimentos Sociais do Grande ABC

ou das 7 cidades com arquivos documentais, de imagem orais, hemeroteca, etc.

- d) Realizar um seminário com a participação de dirigentes sindicais, trabalhadores, especialistas e sociedade organizada visando ao debate sobre os fundamentos e plano de ação para os próximos anos.
- e) Considerando a importância da ampliação do acesso à cultura pelos trabalhadores e a iminência da aprovação do PL 5798/09 – Vale Cultura, em última etapa de votação na Câmara, buscar inserir a possibilidade de adesão das indústrias a tal benefício na pauta de negociações do sindicato;
- f) Realizar seminário de economia criativa e economia da cultura para reforçar o estudo das questões locais, com intersecção da cultura com a economia, reconhecendo essa ação como ferramenta para o desenvolvimento de políticas culturais;

326- Esporte

- a) Campeonato de futebol masculino/feminino - somente para trabalhadores da Categoria na base.

9) Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária

327- Desde a década de 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC vem contribuindo com o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária na Região do ABC. Fruto de todo esse esforço em torno da economia solidária surge a UNISOL Brasil, sempre ao lado do SMABC e contribuindo com o debate de fortalecimento de uma sociedade justa, solidária e empoderada em torno da classe trabalhadora. São mais de 700 empreendimentos autogestionários na base de filiação da UNISOL Brasil em todos Estados do País.

328- Além de representar as iniciativas de economia solidária na Região, a UNISOL Brasil representa também iniciativas em todo Estado de São Paulo, em todo Brasil e no Exterior. Destacam-se os esforços de aproximação com iniciativas da economia solidária vinculadas aos sindicatos parceiros da CUT, da CNM e do SMABC em países como Itália, Espanha, Alemanha, África do Sul, Canadá, entre outros.

329- Durante esses mais de 10 anos de existência da UNISOL, primeiramente como UNISOL São Paulo (1999-2004), depois como UNISOL Brasil (2004 até os dias atuais), muito aprendemos, principalmente a busca do diálogo das cooperativas oriundas das empresas recuperadas. Por tudo isso, precisamos continuar lutando pelo fortalecimento político, econômico e social das cooperativas e associações da economia solidária. Precisamos garantir o

permanente diálogo com essas cooperativas e que sua força na sociedade se amplie, ampliando também a junção dos esforços do movimento sindical e do movimento de economia solidária.

330- Propostas aprovadas:

- a) Fortalecimento dos laços entre SMABC, UNISOL Brasil e as cooperativas e empreendimentos de economia solidária por meio da participação na categoria e cooperados nos momentos de formação de ambos
- b) Nos momentos de crise econômica, constituir uma mesa de negociação específica com as cooperativas e empreendimentos de economia solidária, SMABC e UNISOL Brasil para debater propostas que beneficiem os trabalhadores.
- c) Apoiar a criação de um sistema de Finanças Solidárias a partir do conceito do cooperativismo de crédito e da necessidade de acesso a crédito e financiamento das cooperativas para sua consolidação econômica;
- d) Criar um Fundo de Investimento Solidário (FIS) através de uma campanha de captação de recursos financeiros com o investimento dos trabalhadores e de outras fontes financeiras que sustentem um processo justo de acesso a crédito com retorno também justo da remuneração desses investimentos aos trabalhadores e outros investidores do fundo.
- e) Apoiar a criação de uma entidade sem fins lucrativos, com caráter técnico profissional de consultoria aos empreendimentos autogestionários em parceria com outras instituições do movimento sindical, com a UNISOL Brasil e com parceiros internacionais, a fim de dar suporte e acompanhamento técnico qualificado e específico aos investimentos realizados pelo Fundo de Investimento Solidário e outras fontes de financiamento, além de apoiar a criação de novas iniciativas;
- f) Apoiar a aproximação das cooperativas e empreendimentos de economia solidária, através do fortalecimento da UNISOL Brasil e a criação de redes e cadeias produtivas, visando o fortalecimento econômico dos trabalhadores e o debate por uma sociedade mais justa. Aperfeiçoando, assim, o diálogo com o nosso Sindicato por meio da aproximação de experiências ricas e superando dificuldades maiores de umas com as outras.
- g) Garantir um programa de formação continuado na categoria com o SMABC no que é a Economia Solidária.
- h) Apoiar a regulamentação do setor através de novas leis nos cenários nacional, estadual e municipal. Especificamente leis que coíbam a criação de falsas cooperativas e estimulem as verdadeiras com a participação dos trabalhadores nas decisões e nos resultados.
- i) Apoiar o consumo solidário na categoria, divulgando e comercializando os produtos da agricultura familiar e dos empreendimentos urbanos da economia solidária.

- j) Estimular a geração de trabalho e renda fortalecendo as associações e cooperativas de catadores e catadoras com destinação de materiais reciclados da categoria e das fábricas da região.
 - k) Fortalecer o debate da economia solidária na CUT e com as demais instituições e sindicatos nacionais e internacionais.
 - l) Apoiar a UNISOL Brasil no diálogo com sociedade civil e o Poder Público (nas três esferas) na construção de políticas que favoreçam os empreendimentos da Economia Solidária.
 - m) Estimular a Agenda do Trabalho Decente nas cooperativas e associações da economia solidária, aprofundando a compreensão da necessidade de relações de trabalho democráticas no interior das mesmas.
 - n) Constituir Coletivo de Economia Solidária, até por existirem hoje 8 cooperativas na categoria
- o)** O SMABC e a UNISOL Brasil, em parceria com os governos federal, estadual, municipais e iniciativa privada, através do cooperativismo associativo e da economia solidária, desenvolverão empreendimentos para a coleta de material reciclável do lixo mais rico do mundo, que é o do Brasil. Sua reciclagem e coleta tem capacidade de gerar nas fontes produtoras milhares de empregos com a instalação de pequenas unidades de coleta, reciclagem, embalagem, armazenamento, beneficiamento e venda para sua reutilização na indústria. Toda cidade precisa ser responsável pelo lixo que produz e é possível desenvolver um projeto em que a população, o meio ambiente e a cidadania sejam os grandes beneficiados em uma iniciativa como essa. Portanto vamos percorrer o país antes que seja tarde para que possamos deixar um mundo melhor, mais justo para nossos filhos.

VI) Moções Aprovadas

1- Moção de apoio à campanha de desarmamento e ao fórum de prevenção à violência

Considerando que desde o lançamento , no dia 21 de setembro último, da campanha de desarmamento "*Entregar a arma é a sua melhor defesa*", tragédias envolvendo armas de fogo já fizeram três mortes e cinco feridos aqui na região do ABC.

Em São Caetano, um aluno de dez anos atirou na professora e se suicidou. Em São Bernardo, um segurança de banco matou um cliente com quatro tiros, enquanto um homem fez quatro vítimas no Pronto Socorro Alvarenga. Em Ribeirão pires, o filho de PM morreu com tiro acidental da arma do pai.

Considerando que 80% dos crimes com armas de fogo são motivados por conflitos pessoais, e que existem 7,6 milhões de armas de fogo ilegais no país;

Este Congresso apóia a Campanha de Desarmamento, que se estenderá até dezembro do próximo ano, e apóia a criação do Fórum de Prevenção à Violência, que vai discutir políticas públicas regionais nas quais as pessoas se sintam protegidas e seguras. A solenidade de criação do fórum vai acontecer dia 24 de novembro de 2011, na sede do Sindicato.

2- Moção de apoio ao povo palestino

Considerando:

- que a classe trabalhadora é internacional e tendo com um de seus princípios fundamentais a solidariedade entre os povos;
- a histórica luta do povo palestino pela criação de um estado livre, independente e soberano;
- o recente pedido da Autoridade Palestina junto à ONU, solicitando o reconhecimento deste órgão ao seu governo como Estado Palestino;
- que o Brasil historicamente sempre apoiou a causa palestina,

O 7º Congresso decide:

- 1- Manifestar o seu apoio à causa palestina;
- 2- Dar prosseguimento ao intercambio entre trabalhadores/as da categoria e da Palestina , com o objetivo de estreitar os laços de solidariedade.

3- Moção de apoio ao não desconto de IR na PLR e Abonos

Nós, trabalhadores metalúrgicos presentes como delegados /as ao 7º Congresso do SMABC, propomos como meta do mesmo uma luta permanente a fim de eliminar a cobrança de Imposto de Renda sobre qualquer tipo de Abono e PLR. Nós entendemos que esse tipo de cobrança é uma perversidade contra o trabalhador, na medida em que essa tributação não ocorre sobre a distribuição dos lucros das empresas para seus respectivos acionistas, pois para o trabalhador o tratamento dado é o desconto como forma de salário.

4- Moção sobre Meio Ambiente

Segundo nossa Carta Magna, em seu artigo 225 do Meio Ambiente, todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No entanto, o que temos assistido nos últimos tempos e que sempre nos causa preocupação é a crescente escassez de oferta de energia elétrica que se evidenciou nos apagões, e o pouco investimento em tecnologia para

desenvolvermos mercado potencial de geração de energia renovável, sobretudo considerando que somos o país do sol em abundância e não exploramos nosso potencial em relação à energia solar que curiosamente tem uma legislação bastante atrativa e um mercado que pode ascender e ditar uma nova tecnologia energética para os países globalizados.

De acordo com o artigo 225, é obrigação da atual geração preservar e defender o meio ambiente garantindo que haja futuras gerações.

Por isso, o SMBC, enquanto interlocutor entre os movimentos sociais, demais organismos sindicais, setor empresarial e os governos em nível tripartite, tem como papel contribuir para que seja estabelecido um canal de diálogo e estudos entre todos os atores já citados no sentido da constituição de novos parques tecnológicos, visando a instalação de novas empresas na região, no estado e no país, que, principalmente contribuirão para o crescimento da oferta de empregos absorvendo a mão de obra que vem sendo constituída na temática ambiental. A principal matéria prima para a captação de raios solares é feita através de placas que advém da metalurgia e setor cerâmico. Assim, produziremos um novo conceito na utilização de energia em nosso país que já incorporou esta propostas nos projetos do Minha Casa, Minha Vida, embora valha ressaltar que em escala muito aquém da nossa capacidade produtiva.

Para tanto, faz-se necessário ampliar o debate sobre energia solar e energias renováveis para que possamos avançar na proteção de nosso patrimônio - nossa casa, nosso planeta Terra, e garantir um país melhor e ecologicamente equilibrado para as futuras gerações.

A proteção do meio ambiente é obrigação de cada indivíduo e de todos os povos. Proteger, entretanto, é mais do que conservar: significa usar e, ao mesmo tempo, preservar.

VII) Anexo (vide item 110)

Carta do ABC pela Verdade, Memória, Justiça e Reparação
Aprovada por aclamação em 25 de Agosto de 2011,
na Sessão Solene da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo
por ocasião dos 32 anos da Lei 6683/1979

As combativas cidades do ABC

Ao longo do século XX e desde o início deste século XXI, as cidades do ABC paulista foram cenário das lutas dos trabalhadores por Liberdade, Democracia e Justiça Social.

Nesta história de combates por uma sociedade mais justa, inúmeras pessoas se destacaram por suas virtudes e dedicação. Muitas sofreram prisões, seqüestros, torturas ou foram assassinadas. Foram perseguidas pelos órgãos

de repressão policiais e militares da ditadura; pelos serviços de segurança internos das empresas da região e pelos setores civis que apoiaram o regime de 1964. E seu sofrimento não acabou com o fim do regime civil e militar ditatorial. Muitas pessoas ficaram desempregadas tendo, até, que mudar de profissão ou cidade para conseguirem trabalhar novamente, frequentemente com grandes prejuízos em relação a suas profissões anteriores.

Resistência e Anistia

Esta repressão que perseguiu milhares de pessoas foi um dos alicerces da ditadura que durou 21 longos anos de opressão. Mas aqui no ABC, a luta pela Liberdade não cessou. Na comemoração do 1º de Maio de 1979, com os metalúrgicos em greve e manifestações de rua, a reivindicação por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita se fez presente. E a “Carta Aberta aos Brasileiros” do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, mobilizando a solidariedade na arrecadação de recursos para a manutenção da greve, afirmava: *“Entendemos que esta luta não é apenas dos metalúrgicos do ABC. É a luta de todos os brasileiros e democratas. Daqueles que, nos mais diversos campos, lutam pelas liberdades, pela Anistia, pela Constituinte, pela implantação, enfim, do verdadeiro Estado de Direito. Nossa luta insere-se neste contexto.”*

Reconhecendo esse histórico de lutas, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça afirmou no seu relatório anual de 2008, que: *“...No caso do ABC, mais de 500 mil trabalhadores das indústrias cruzaram os braços durante 41 dias em 1980, um movimento que teve papel estratégico na luta pela reabertura democrática.”*

E em 23 de Setembro de 2008, a **Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC**, a **AMA-A/ABC**, foi parceira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça na promoção da 10ª Caravana da Anistia em São Bernardo do Campo. Na ocasião foram julgados 41 requerimentos baseados na Lei 10.559/2002, os quais buscavam a reparação das perseguições sofridas por trabalhadores, seja nas greves como em outras lutas ocorridas nas décadas de 1970 e 1980.

Hoje, a luta continua

Atualmente, mesmo depois de 26 anos de Estado Democrático de Direito, o Brasil ainda tem um caminho a percorrer para superar, definitivamente, a herança nociva do regime militar. Isso significa a aplicação das recomendações da ONU para uma **Justiça de Transição**, um conjunto de medidas necessárias aos países que sofreram regimes ditatoriais, como o Brasil com a ditadura civil-militar que durou 21 anos. Essas soluções significam a promoção da **Verdade, Memória, Justiça e Reparação**. E, também, a necessidade urgente de

reformas institucionais nas policias civil e militar; nas Forças Armadas e no Judiciário.

Esses mecanismos visam pôr um fim a práticas abomináveis que violam os direitos humanos como, por exemplo, o uso da tortura e da violência, ainda instrumentos de investigação policial nas delegacias e prisões brasileiras. A sobrevivência dessas indignidades é conseqüência da quase certeza da impunidade entre policiais e agentes de segurança do Estado brasileiro, já que a falta de responsabilização dos agentes públicos e civis que praticaram torturas e violências durante a ditadura, inspira e dá confiança aos torturadores atuais.

Por tudo isso, hoje, 25 de Agosto de 2011, nesta Sessão Solene na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, com a presença de entidades da sociedade civil, parlamentares e governantes democraticamente eleitos, temos a chance de reafirmar esta disposição a favor da luta pela **Verdade, Memória, Justiça e Reparação**.

Assim, nós aqui reunidos, manifestamos nosso apoio...

1. Ao Projeto de Lei do Executivo **PL. 7376/10** que prevê a instalação da Comissão da Verdade;
2. Ao Projeto de Lei da Câmara – **PLC 41/10** que prevê o fim do sigilo eterno de todas as informações de Estado sobre as perseguições políticas;
3. À defesa dos direitos dos atingidos pela Ditadura de 64, que buscam Reparação na **Lei Federal 10.559/2002**;
4. À organização de **um Fórum pela Verdade, Memória, Justiça e Reparação do ABC** que por meio da pressão da sociedade civil organizada destas nossas sete cidades da região, soma-se à luta nacional, que em vários Estados do Brasil tem criado Comitês em apoio à criação da Comissão da Verdade e da Justiça.

São Bernardo do Campo, 25 de Agosto de 2011